PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE SECRETARIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA JUVENTUDES DO RECIFE

III CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA CIDADE DO RECIFE RELATÓRIO FINAL

A JUVENTUDE MUDANDO O RECIFE

Recife, agosto de 2015



Prefeito:

Geraldo Júlio de Mello Filho

Vice-prefeito:

Luciano Roberto Rosas De Siqueira

Secretário Municipal de Juventudee Qualificação Profissional:

Jayme Jemil Asfora Filho

Secretária Executiva de Administração e Articulação:

Maria Gentila César Vieira Guedes

Secretário Executivo de Planejamento e Ações: Darlan Sampaio Ribeiro

Gerente de Juventude:

Camila Claudia Alves de Barros

Equipe Técnica da Secretaria de Juventude e Qualificação Profissional:

Carla Correia Diogo

Carlos Eduardo Silva Guimarães de Almeida

Jaqueline da Silva Quirino Oliveira

Colaboradores:

Adalbério Neto
Ana Jackelene Paterno
Ana Carolina Nápoles
Deivid Luiz Santos
Cinthia Fernanda

 $Informações: \underline{cmppj.recife@recife.gov.pe.br}\ e\ 3355-2556$



Jorge Féo Kleber Galdino Marcelo Brito

Conselho de Políticas Públicas de Juventude do Recife:

SOCIEDADE CIVIL

Joselito Coutinho Costa - Diaconia

Janine Furtunato Queiroga Maciel - Instituto Olé

Fabio de Vasconcelos Porfírio - Movimento Tortura Nunca Mais

Paula Maria da Conceição Gomes dos Santos - Movimento Frei Caneca

Levi Costa de Oliveira Pontes - Associação Metropolitana de Hip Hop

Flavio Rubem Accioly Campos Neto - Juventude Socialista Brasileira

Tulio Gadelha Sales de Melo - Juventude Socialista do PDT

Victor Simoes Leal - Juventude em Rede

rsson Henrique Teixeira da Silva - Fórum de Juventude Negra de Pernambu

Alersson Henrique Teixeira da Silva - Fórum de Juventude Negra de Pernambuco Michel Platini Santiago Bezerra Vieira - Associação Pernambucana dos Cegos

Zanzul Alexandre Pessoa - RPA 1

Pedro Luis de Mendonça Carvalho - RPA 2

Jocimar Gonçalves da Silva - RPA 3

Rhafaella de Oliveira Brasileiro - RPA4

Francisco Erivaldo de Oliveira - RPA5

Jéssyca Palloma Santos Justino - RPA6

PODER PÚBLICO

Jayme Jemil Asfora Filho - Secretaria de Juventude e Qualificação Profissional

Maria Fernanda de Edmundo Morais - Secretaria Municipal de Educação

Anna Renata Pino de Lemos Cordeiro - Secretaria Municipal de Saúde

Samuel da Luz Barros - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos

Humanos



Danilo Almeida Pereira - Secretaria Municipal de Cultura
Renato Barbosa de Souza - Secretaria Municipal de Turismo
Nataly de Queiroz Lima - Secretaria da Mulher
Gabriel Andrade Leitão de Melo - Secretaria Municipal de Governo
Romero Jatobá Cavalcanti Neto - Câmara dos Vereadores do Recife

Comissão Organizadora da III Conferência de Juventude do Recife:

Camila Claudia Alves de Barros - Secretaria de Juventude e Qualificação Profissional
Fernanda Lemos Dubeux - Secretaria de Governo
Helton Bruno Feitosa dos Santos - Secretaria de Saúde
Maria Fernanda de Edmundo Morais - Secretaria de Educação
Janine Furtunato Queiroga Maciel - Instituto Olé
Joselito Coutinho Costa - Diaconia
Zanzul Alexandre Pessoa - RPA 1

Consultora Técnica - Waneska Millena Ferreira do Bonfim

Facilitadores(as) dos Grupos de Trabalho:

Alersson Teixeira
Amparo Araújo
Eliedson Machado
Helton Bruno Feitosa dos Santos
Jenifer Pinheiro
José Alberto da Silva
Michel Platini Vieira
Sandra Lima Fidelis
Sylvia Siqueira Campos
Zanzul Alexandre

 $Informações: \underline{cmppj.recife@recife.gov.pe.br}\ e\ 3355-2556$



Relatoria dos Grupos de Trabalho:

Projeto Xô-Preconceito - Extensão do Curso de Direito - UNINASSAU

Sistematização e Elaboração do Relatório Final:

Erika Fernanda Liberato do Nascimento Waneska Millena Ferreira do Bonfim

Apoio e Infraestrutura

CONCAPE EVENTOS



Sumário

	Apresentação	07
1.	Preparação para Etapa Municipal – Pré-conferências	09
1.1	Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 1	11
1.2	Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 2	16
1.3	Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 3	20
1.4	Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 4	26
1.5	Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 5	32
1.6	Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 6	36
2.	Conferência Municipal de Juventude	41
2.1	Mesa Oficial de Abertura	41
2.2	Regimento Interno	45
2.3	Painel Temático	55
2.4	Grupos de Trabalho	67
2.5	Aprovação de Propostas	68
2.6	Moções	85
	ANEXOS	88



Apresentação

A III Conferência de Juventude da Cidade do Recife aconteceu nos dias 19 e 20

de agosto de 2015, no Centro de Convenções de Pernambuco. A plenária foi realizada

no Auditório Tabocas e os grupos de trabalho em oito salas de convenções.

Como preparação para esta etapa, foram organizadas seis pré-conferências, uma

em cada Região Político-administrativa (RPA) da cidade do Recife, com o objetivo de

apresentar o processo, ouvir as demandas e estimular a participação da população na

Conferência, a fim de potencializar o debate de propostas e a definição de prioridades

para a Política Pública de Juventude do Recife. Esta etapa contou com a participação de

405 pessoas, e entre estas, 150 foram eleitas delegadas.

Já para a Conferência, foram 308delegados(as), sendo 228 da sociedade civil

representantes de diversos grupos, associações, fóruns e redes, oriundos das pré-

conferências (150) e das inscrições online (78); 39 representantes governamentais; e 41

delegados natos integrantes do Conselho Municipal. Além dos delegados(as)

participaram da conferência 26 convidados(as).

Nos dois dias de Conferência aconteceram apresentações de diferentes

expressões artísticas e culturaisque permearam a seguinte programação:

• Credenciamento;

Abertura e Boas vindas;

• Leitura e Aprovação do Regimento;

• Painel Temático: PPJ – Avanços e desafios;

• Grupos de Trabalho (a partir dos 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude);

• Socialização das propostas dos grupos;

Apresentação e aprovação de Moções;

• Apresentação dos candidatos a delegados para Conferência Estadual de

Juventude;

Eleição;

• Apresentação da delegação eleita;

• Encerramento.

 $Informações: \underline{cmppj.recife@recife.gov.pe.br}\ e\ 3355-2556$



A Conferência de Juventude do Recife também indicou sua delegação para a EtapaEstadual, com um número de 30 delegados(as) eleitos(as), sendo 25 representantes da sociedade civil, 04 do governo municipal e 01 conselheira municipal de juventude.

Esse relatório sintetiza os principais debates e propostas construídas no processo da III Conferência de Juventudes da cidade do Recife, que deverão desafiar os(as) gestores(as) públicos do município e contribuir ativamente com o fortalecimento da Política Pública de Juventude.



1. Preparação para Etapa Municipal - Pré-conferências

As seis pré-conferências que aconteceram por RPA cumpriram um importante

papel de disseminar a relevância do processo participativo para a construção de políticas

públicas. Ao mesmo tempo, possibilitaram o diálogo entre os jovens e o poder público,

com a identificação de demandas e o levantamento de propostas regionalizadas,

considerando a composição da cidade do Recife. Assim, as pré-

conferênciaspromoveram maior capilaridade a III Conferência, oportunizando a

participação aos jovens das diferentes regiões da cidade.

A Comissão Organizadora da Conferência, composta por conselheiros

governamentais e da sociedade civil, foi responsável pela condução do programa das

pré-conferências e a logística ficou sob a responsabilidade direta da Secretaria de

Juventude e Qualificação Profissional. Todo o processo da III Conferência contou

também com a colaboração de uma consultoria técnica.

Programação das Pré-Conferências:

Abertura – Boas vindas;

• Introdução ao debate - Exibição do vídeo "Estatuto da Juventude - Mais direitos

para a juventude que transforma o Brasil";

• Debate –Plenária;

• Apresentação e aclamação dos delegados(as);

Encerramento.

 $Informações: \underline{cmppj.recife@recife.gov.pe.br}\ e\ 3355-2556$

Quadro Síntese:

Pré-Conferências						
Data	Hora	Local	N° de Participantes	Nº de Delegados Eleitos		
12/08/2015	13h	Escola Sizenando Silveira – Santo Amaro	69	27		
12/08/2015	18h	Escola Estadual Alfredo Freire – Água Fria	89	11		
14/08/2015	13h	Escola Profissional Dom Bosco – Casa Amarela	55	25		
15/08/2015	13h	Centro de Formação de Educadores Paulo Freire – Madalena	55	34		
15/08/2015	13h	Escola Estadual Amaury de Medeiros – Afogados	84	28		
16/08/2015	13h	Escola Professor Jordão Emerenciano – Ibura	53	25		

Em todas as etapas preparatórias, houve o registro das discussões e das proposições levantadas, permitindo a participação qualificada dos representes regionais eleitos para a etapa principal da III Conferência. Em seguida, a síntese dos encontros por RPA.



1.1.Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 1

Local: Escola Sizenando Silveira - Santo Amaro

Data: 12 de agosto de 2015 – 14h

A Gerente de Juventude do Recife Camila Barros abriu a pré-conferência da RPA 1 apresentando-a enquanto ciclo de diálogo e de debates, e enquanto parte das etapas da III Conferência Municipal de Juventude, integrante das etapas estadual e nacional. Camila afirmou que a prioridade do processo é o debate e a construção conjunta. Agradeceu a presença dos grupos juvenis, lideranças, coletivos e da comissão organizadora – sociedade civil e governo. Reafirmou que o momento é de pensar e construir visão de futuro, e reiterou que é o início de um diálogo que vai subsidiar o Plano Municipal de Juventude. Apresentou o objetivo da pré-conferência, a saber: identificar o retrato das juventudes, com suas especificidades, diversidades. Defendeu que é preciso construir o processo considerando a experiência do Estado, mas com a cara das Juventudes do Recife. Por fim, convidou as pessoas presentes a pensar a política de juventude do Recife e superar os desafios da sua gestão.

O integrante do Conselho da Juventude e representante da Organização Não Governamental Diaconia Joselito Coutinho argumentou sobre o momento histórico da política pública de juventude. Refletiu sobre a importância do momento de Conferência, argumentando que é muito estratégico no que se refere aos mecanismos de participação da juventude no Brasil e reiterou seus muitos avanços e desafios. Destacou a oportunidade enquanto jovens de contribuir efetivamente, cada um de seu lugar, na construção da política em momento de consolidação do Estatuto de Juventude em Pernambuco, que, a partir da consolidação de um sistema, vai determinar como as políticas devem caminhar. Joselito refletiu que a pré-conferência é um início do ciclo de participação e de proposição das políticas públicas e diretrizes da cidade do Recife, e que o objetivo é focar no Plano Municipal de Juventude. Avaliou que no Recife já existe um Conselho, mas não um Plano Municipal de Juventude e, sobretudo, um plano que seja pautado por políticas intersetoriais. Apontou para o desafio de iniciar o ciclo de debates com o retrato da condição juvenil por RPA. Defendeu que a juventude, por



sua condição, é mais ousada, inovadora e tem mais coragem, e desejou que isso possa

ser expressado em Políticas Públicas para cidade do Recife.

Após as falas de abertura, a pré-conferência aconteceu com a mediação da

consultora Waneska Bonfim, que destacou que o momento deve colaborar com o

processo da Conferência, e se transformar em subsídio para o Plano Municipal de

Juventude. Defendeu a ideia de fazer um retrato da condição de vida do jovem no

Recife, a partir de cada realidade, considerando as demandas e potencialidades de cada

região político-administrativa. Waneska ressaltou que existem onze direitos previstos no

Estatuto da juventude, e que a ideia é pensar nesses direitos considerando os que foram

conquistados, e os que têm sido violados, e à luz disso, traçar o retrato da realidade

juvenil no município.

No momento seguinte foi exibido o Vídeo "Estatuto da Juventude - Mais direitos

para a juventude que transforma o Brasil", da Secretaria Nacional de Juventude, que

apresentou alguns depoimentos de jovens sobre a importância da garantia de direitos.

Após a exibição, Waneska Bonfim explicou que a ideia do vídeo foi a de situar os

direitos previstos no Estatuto e subsidiar a reflexão do grupo da RPA 1 sobre a sua

realidade. A seguir, a conselheira de juventude representante da RPA 1Zanzul

Alexandre propôs conversar sobre a reflexão do que é o centro do Recife para a vida e

para o cotidiano da juventude, iniciou a reflexão dizendo que se identifica com o direito

à mobilidade e percebe que os serviços no centro são precários (ônibus ruins, calçadas

quebradas, acúmulo de lixo; imobilidade do trânsito etc). Acrescentou que apesar da

existência do Parque 13 de Maio, é notória a poluição que interfere nas questões de

saúde e educação, e por ser região central, concentra os poucos espaços de lazer

existentes na cidade.

Participação da Plenária:

Ingrid (UJS - União da Juventude Socialista e moradora do centro): Reafirmoua

dificuldade com os transportes coletivos, ressaltou a questão da segurança pública com

uma polícia que não tem abordagem adequada para agir com a juventude, em especial

com a juventude negra. Destacou ainda que na saúde não há abordagem específica para

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Políticas Públicas de Juventude POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAR



juventude, as jovens mulheres não têm liberdade de procurar informações sobre

prevenção. Defendeu a necessidade de poder se sentir parte da cidade independente da

cor, do gênero e da orientação sexual. Ressaltou a importância de ajudar a construir a

cidade com a cara da juventude.

Fabiano Carvalho (Brigada Hip Hop): Argumentou que o jovem precisa ser ouvido, ter

livre acesso a quem é responsável pela política pública do Recife. Compartilhou sua

impressão de que a juventude não se sente recebida, ouvida, assistida pelos órgãos

responsáveis pela política pública no Recife. Defendeu que muitos jovens não sabem

como se expressar, e não existe espaço de diálogo da juventude com a gestão.

Igor: Refletiu que a juventude gosta de estar na rua e nas redes, mas o trânsito na cidade

não permite que as ruas sejam espaços convidativos para os jovens, e sim um espaço

opressor. Defendeu que é preciso conseguir fazer que a juventude ocupe as ruas, tenha

espaço de lazer, com revitalização das praças para ocupação e espaço de socialização.

Ingrid: Refletiu que no movimento estudantil se fala da importância de sair dos muros

da universidade, e que assim precisa ser com o Recife. Argumentou que Santo Amaro

tem vida própria, dinâmica própria, e que não se pode pensar que o Recife é só Recife

Antigo. Defendeu que é preciso pensar nos bairros e entender a dinâmica de cada lugar,

com sua vida própria e necessidade própria. Refletiu que a falta de iluminação pública e

de segurança talvez faça com que a juventude escolha outros lugares. Enfatizou que a

cidade vai avançar se pensar de forma mais descentralizada.

Joana (Psicóloga e representante da comissão de políticas públicas do Conselho

Regional de Psicologia): Afirmou que há desigualdades e discriminação dos jovens em

função das regiões onde moram.

Marcelo: Propôs o fortalecimento dos projetos de combate ao preconceito, não só

relacionado à cultura, mas também sobre classe social e sexualidade.

Flor (Presidente da UEP - União dos Estudantes de Pernambuco e moradora de Santo

Amaro): Ressaltou a importância de tratar das políticas culturais previstas para os

jovens. Disse que faz parte de uma escola de frevo que não consegue cumprir a

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



demanda que existe para a dança. Defendeu que o fomento às políticas culturais deve ser incluído como PPJ, sem tratar os jovens somente enquanto receptores, mas também como produtores de cultura. Reafirmou a existência de muita iniciativa de grupos juvenis que se organizam na capoeira, no hip hop, no frevo, e nas discussões de mulheres, de negritude, tanto no centro quanto nas áreas periféricas do Recife. Quanto à ocupação dos espaços públicos, defendeu que é preciso revitalizar os que já existem: as quadras em Santo Amaro têm baixa iluminação e não têm manutenção. Refletiu que apesar de ver o centro mais 'organizado', ainda tem muito o que revitalizar nos equipamentos de esporte e cultura.

Artur (morador da Boa Vista): Argumentou que o Marco Zero tem área para prática de esportes e espaços de cultura aos domingos, mas essas ações estão elitizadas. Reiterou que a juventude no Recife precisa fortalecer sua organização, uma vez que,a rua não está segura para juventude homossexual, negra e de periferia. Defendeu que o diálogo precisa estar à frente e levar esse debate dos direitos para fora dos ciclos, em outros espaços da sociedade, fortalecendo a importância da participação da juventude nos processos históricos.

Zero (Brigada Hip Hop): Defendeu a acessibilidade do jovem ao poder público, com a criação de um portal de diálogo permanente para que a juventude possa expressar suas necessidades, como um canal direto de diálogo. Em relação à cultura nos bairros analisou que existe uma efervescência cultural muito grande, mas como não há assistência, termina culminando no centro do Recife e não oportuniza de forma igual para todo mundo. Socializou que a Brigada Hip Hop tem 68 coletivos em Pernambuco, com aproximadamente 5.000 jovens envolvidos na cultura hip-hop, dentre os quais 32 coletivos são da cidade do Recife, sem assistência nem apoio do poder público.

Alana (Diretora regional da UNE – União Nacional dos Estudantes): Defendeu que os espaços públicos precisam ser revitalizados, as escolas públicas precisam ser potencializadas. Refletiu que a pré-conferência está sendo realizada em uma escola com diversos estudantes de ensino médio que poderiam estar presentes. Reiterou que revitalizar esses espaços e incluir a juventude é necessário também para construir segurança pública adequada. Propôs a construção de um documento denunciando a Informações: cmppi.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Conselho Municipal de POLÍTICAS Públicas de Juventude

POR VOCÉ, TRABALHANDO SEM PARAR.

truculência na abordagem da polícia de Pernambuco com foco em jovens, negros e periféricos, e de exigibilidade da revitalização dos espaços públicos e das escolas públicas enquanto espaços de potencialidade da cultura, do esporte e das juventudes.

Após a rodada de intervenções, Waneska Bonfim sintetizou que é necessário pensar questões que sejam da dinâmica da cidade, mas pensar que existem diferentes entes e responsabilidades (governo municipal, estado e governo federal). Ponderou que quanto mais precisa for a proposição, maior capacidade de incidência terá. Provocou a juventude presente a pensar 'que questões são mais fortes, comuns, que devem ser referendadas e transformadas em propostas'? A moderadora refletiu que são apenas quinze anos de tentativas de construção da Política Pública de Juventude, e a conferência precisa ser vista enquanto um marco legal da construção da política, ao passo em que deflagra o processo de construção do Plano Municipal de Juventude. Por fim, refletiu que o momento da construção da política é muito importante, mas o acompanhamento (monitoramento) é tão importante quanto, e que isso se relaciona com um instrumento relevante que é o Conselho Municipal de Juventude do Recife, que tomou posse em 2015, e é um canal de comunicação com a juventude da capital pernambucana. Defendeu que se considere a oportunidade de fortalecer esse canal que é o Conselho municipal.

No momento seguinte foi feita a apresentação e aclamação dos candidatos(as) para delegação da Conferência Municipal. Para tanto, foi apresentada a Comissão Organizadora do Encontro e o calendário das pré-conferências.

Finalizando as falas, o Secretário de Juventude e Qualificação Profissional do RecifeJayme Asfora agradeceua participação das associações, coletivos e movimentos estudantis, e reforçou a importância dos processos de pré-conferência a fim de chegar na conferência municipal com as discussões e propostas mais amadurecidas. Disse estar otimista com a quantidade de delegados(as), e com a perspectiva de qualidade da conferência municipal. Ponderou sobre a necessidade de redução da infraestrutura para conferência, mas falou da garantia do registro e sistematização do que foi debatido na pré-conferência. Reafirmou que a conferência será a terceirado Recife, e que tem sido organizada pelo Conselho, como é prerrogativa legal. Registrou a homenagem ao dia



internacional da juventude fazendo algo concreto para mudança da realidade. Ao fim da fala do secretário, a pré-conferência da RPA 1 foi encerrada com a foto oficial dos delegados e delegadas eleitos(as).



1.2. Pré-conferência da Juventude – RPA 2

Local: Escola Estadual de Referência Alfredo Freire - Água Fria

Data: 12 de agosto de 2015 – 19h

A abertura da pré-conferência da RPA 2 foi realizada pela Gerente de Juventude do Recife Camila Barros, que agradeceu a presença dos estudantes e dos coletivos, e explicitou o propósito da II pré-conferência. Camila agradeceu também a escola que acolheu a atividade, em nome de sua diretora, a equipe da SJQP e aos conselheiros. Disse ser uma satisfação estar no processo que tem o intuito de construir a Política Pública de Juventude (PPJ). Concluiu dizendo que o momento é muito mais para ouvir e dialogar com as juventudes.

No momento seguinte, o conselheiro municipal de juventude e integrante do Fórum de Juventude Negra de Pernambuco Alersson Teixeira discorreu sobre a importância da participação Juvenil na construção da PPJ. Alersson explicitou que a Política Pública de Juventude trata de ações governamentais voltadas para o bem estar da sociedade, com o recorte populacional de 15 a 29 anos, e está destinada às diferentes juventudes: mulher, negro, rural, LGBT, urbano etc. Reafirmou que é o momento de participar da construção dessa política, construir ações que sirvam para melhoria da qualidade de vida da juventude do Recife, e defendeu que, para tanto, é preciso partir da realidade na RPA e ter a oportunidade de discutir coletivamente, pensando a cidade, por ocasião da conferência municipal, que serve para efetivação e denúncia de negação de direitos.

Na sequência, o também conselheiro municipal de juventude Joselito Coutinho apresentou o vídeo "Estatuto da Juventude - Mais direitos para a juventude que transforma o Brasil" que apresenta depoimentos estratégicos de direitos das juventudes. Joselito refletiu que o Estatuto das Juventudes foi uma construção histórica das juventudes no Brasil, um instrumento que aponta por onde a PPJ deve se guiar, e que fortalece o jovem enquanto sujeito de direitos. Provocou os presentes indagando 'Que direitos estão sendo violados nessa região?' 'Como é a realidade dessa juventude?' 'Qual a condição da juventude na RPA 2?'



A partir desse momento, sob condução da consultora Waneska Bonfim, as

juventudes da RPA 2 foram desafiadas a refletir sobre a motivação de estar presente e

sua contribuição para construção da Política Pública de Juventude. Waneska ressaltou

que será a III Conferência de Juventude, espaço de deliberação, construção coletiva

sobre a realidade dos jovens no Recife e sobre a PPJ, assim, defendeu ser uma

oportunidade de falar sobre a realidade. Ressaltando os aspectos do que é bom ser

jovem na cidade do Recife e sobre o que não funciona bem, Waneska lembrou que o

lema da Conferência é: A juventude mudando o Recife, e defendeu que mudança implica

que alguma coisa não está funcionando tão bem. Apontou que a Gerência de Juventude

e o Conselho Municipal de Juventude estão na construção da Conferência, que serão

seis pré-conferências onde a proposta é trazer a realidade de vida dos jovens das

diversas regiões. Por fim, assegurou que todas as falas serão registradas e consideradas,

a fim de facilitar a junção de propostas que poderão sair das etapas de pré-conferências.

Participação da Plenária:

Selton: Apontou sobre a atual invisibilidade da juventude. Refletiu que o descaso com o

rio Beberibe é uma violação do direto ao meio ambiente, e é algo que impacta a região

(RPA 2). Ponderou que é a ausência de informação que faz com que os direitos por

educação sejam violados.

Jorginho: Se propôs a falar pelos jovens favelados, que são invisibilizados. Denunciou

que não há investimento em esporte e em educação para esses jovens, que terminam

entrando na criminalidade e muitas vezes morrendo.

Cassia: Compartilhou que vê na comunidade muito movimento do tráfico, e que não

existem espaços de lazer e de cultura. Ponderou que a juventude periférica tem que se

deslocar ao Marco Zero, onde também é alvo de muita violência. Sobre a juventude

LGBT argumentou que não há liberdade de trocar afeto entre as pessoas do mesmo

sexo, porque é olhado estranho e porque é hostilizado, ponderou que é muito difícil para

os jovens assumirem sua sexualidade ou outras identidades (ser do brega, ser crente etc)



em função do preconceito e da hipocrisia. Defendeu que as juventudes precisam ter

liberdade para exercer suas identidades.

Everton: Refletiu que os espaços públicos estão dominados pelo tráfico e não há

policiamento. Compartilhou seu entendimento de que enquanto existir estereótipos (gay,

negro etc) a sociedade estará dividida.

Denilson: Questionou sobre a possibilidade de participação das pessoas com idade

acima de 29 anos na delegação da conferência municipal de juventude.

André (Bomba do Hemetério): Defendeu que a sociedade tem carência de

investimentos em projetos socioculturais. Relatou que muitos jovens que estudam em

um turno não têm outra ocupação, e sugeriu que sejam feitos investimento em

qualificação profissional e ofertadas atividades culturais (violão, teatro) articulando as

associações de bairro.

Halni (Alto do Pascoal): Denunciou que a abordagem policial é feita com base nos

estereótipos (negro, skatista, etc).

Jailton: Ressaltou a importância da organização política para garantia de direitos das

juventudes. Defendeu que a juventude tem vários desejos e a efetivação disso requer

atenção do poder público.

Tony: Sugeriu a distribuição do Estatuto da Juventude durante a conferência.

Argumentou que o problema não é a invisibilidade, mas como a juventude periférica é

vista. Ressaltou que na hora de levar 'baculejo' policial ela é vista. Sobre as áreas de

lazer, registrou que foi um erro transformar os campos de várzea em conjuntos

Defendeu que a ação foi para resolver um problema (moradia) e

construiu outro (ausências de espaços de cultura e lazer). Ponderou ainda que é preciso

repensar a influência cultural que as músicas têm sobre os jovens, opinou que no brega

existem algumas músicas que incitam a violência. Quanto a questão LGBT, defendeu

que é preciso repensar o conceito de família, não entendendo família apenas homem e

mulher.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

André: Sugeriu que o poder público oportunize laboratórios de informática para juventude.

Selton: Defendeu a importância de reforçar a ideia de visibilidade na perspectiva de garantir diálogo aberto entre a juventude e o governo.

Após as falas foi realizado o processo de candidatura para composição da delegação da Conferência municipal. O grupo candidato foi eleito por aclamação.



1.3. Pré-conferência da Juventude – RPA 3

Local: Escola Profissional Dom Bosco - Casa Amarela

Data: 14 de agosto de 2015 – 14h

A gerente de juventude do Recife Camila Barros iniciou a atividade convidando para apresentação musical o rapper MC Gênio, Bruno e Diego Silva, que formam um

coletivo com atuação em Água Fria e realizam o projeto 'Batalha do Terminal'.

Após a abertura cultural, Camila defendeu que a principal proposta das pré-

conferências é a troca de ideias. Cumprimentou todas as pessoas presentes e refletiu

sobre a importância do momento enquanto oportunidade de garantir um retrato da

juventude recifense de acordo com sua territorialidade. Assegurou que é o momento de

ouvir, trocar ideias e desafiar a gestão pública para construção da PPJ do município, e

agradeceu a presença dos conselheiros municipais de juventude.

Em seguida, o conselheiro da juventude do Recife representante da

RPA3Jocimar Gonçalves da Silvadefendeu a importância da pré-conferência como

oportunidade de discutir sobre as realidades das comunidades da região. Ressaltou o

papel fundamental da juventude presente de pautar o governo sobre as suas

necessidades. Destacou que há muitos grupos culturais na região, que são referências de

como a juventude se organiza. Ele reafirmou a necessidade de mudar a forma como a

polícia trata a juventude negra e periférica.

Joselito Coutinho, também Conselheiro da Juventude, relembrou a fala de um

jovem na RPA 1 que disse que 'a Conferência tem que dar as respostas que a juventude

do Recife precisa'. Explicitou a metodologia pensada para favorecer o debate e lembrou

que a PPJ vem sendo construída há 25 anos com muitas conquistas que são frutos das

mobilizações das juventudes, porém, ainda com inúmeros desafios. Avaliou que

vivemos um bom momento para superar os desafios, citando o SINAJUVE - Sistema

Nacional de Juventude, com a Lei 12.852 (Estatuto da Juventude), que aponta os 11

direitos da juventude brasileira.

O Secretário Municipal de Juventude e Qualificação Profissional Jayme Asfora

participou deste momento e disse estar animado com a participação nestes encontros.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



Relembrou que os mesmos representam só o começo do processo de Conferência.

Assegurou que a ideia é dialogar sempre com a juventude. Agradeceu a presença das

pessoas e disse ser um momento de preparação para a III Conferência, para ouvir e

extrair o que é o pensamento da juventude e ainda para tentar aprender com a prática

das juventudes. Ressaltou que a Conferência tem uma diferenciação por estar sendo

organizada também pelo Conselho Municipal de Juventude. Agradeceu a presença de

todos e parabenizou o trabalho.

A seguir, sob facilitação de Waneska Bonfim, os participantes foram

estimulados a refletir sobre como os jovens podem estar juntos pela exigibilidade dos

direitos. Waneska ressaltou a importância da construção do SINAJUVE, da elaboração

do Estatuto, e também dos processos de conferências, dizendo que a ideia é fazer uma

conversa sobre como é a vida dos jovens em cada região e abrir um debate para facilitar

a participação na Conferência, que significa um momento de pensar propostas.

Participação da Plenária:

Felipe (Mirim Brasil): Compartilhou que houve um processo de preparação entre

jovens do Vasco da Gama e da região, que debateram pontos do Estatuto da Juventude.

Socializou que o resultado desse processo foi a denúncia de que (i) faltam investimentos

na área de cursos profissionalizantes (os que têm não atendemà demanda da juventude e

não têm estrutura); (ii) é preciso pensar ações preventivas na área de saúde para

juventude, com linguagem mais próxima e de temas mais próximos do jovem; (iii) é

necessário considerar a importância da participação da juventude, em especial nas

organizações já existentes nas comunidades.

Camila (Mirim Brasil): Explicitou que os encontros realizados foram em momentos de

articulação da sociedade civil. Retomou alguns temas abordados: (i) questão dos CAPs

- Centro de Atenção Psicossocial, existe apenas um CAPs voltado pra juventude que é

na RPA 1; (ii) em Nova Descoberta não existem espaço de lazer e nem têm espaços de

discussão com a população para discutir prioridades nas comunidades; (iii) a mobilidade

é precária, não tem fluxo organizado do trânsito, e é onde se desloca a maior parte da

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



classe trabalhadora; (iv) sobre a questão da segurança pública, as juventudes periféricas

precisam se deslocar para ter espaços de esporte e lazer em áreas nobres da cidade; (v) o

acesso pra os programas da prefeitura e do estado voltados para a juventude em situação

de rua esbarram em questões burocráticas e restrições, como a exigência de

documentação.

Dilson: Apresentou a demanda de um campo de futebol no Campo do Vila - bairro do

Espinheiro. Pontuou que ao redor tem muito mato, o local é abandonado e provoca

muita violência e insegurança, ainda assim, têm muitas crianças e jovens que utilizam o

campo. Segundo ele, também não é possível usar as áreas de lazer de outras

comunidades em função das disputas entre grupos rivais.

Ednei: Avaliou que os projetos que o Recife tem para jovens são focados nos bairros do

centro. Defendeu que o Recife é muito grande, com problemas de lazer e saúde, e que,

portanto, é necessário pensar em educação dos jovens através de formações, palestras

etc. Além disso, defendeu a necessidade de pensar no meio ambiente e nas práticas de

lazer.

Cássia (Alto José Bonifácio): Lembrou que em sua comunidade existe uma quadra e

espaço da associação dos moradores, mas não tem outra programação além de futebol e

velórios. Avaliou que os espaços existentes não são aproveitados, e as iniciativas de

atividades existentes são pagas.

João: Defendeu a construção de unidades de saúde e de academia da cidade nos

terrenos disponíveis, além de transformar a praça da Agamenon em quadra

poliesportiva, para que a juventude possa participar. Disse torcer para que a conferência

seja um espaço democrático que garanta os direitos das juventudes.

Fernando: Denunciou a insuficiência das vagas em creches, atingindo as jovens

mulheres, e também a situação de abandono da educação física e da disciplina de

música nas escolas da rede municipal, ambas com oferta obrigatória por lei.

Bruno: Ressaltou que no Vasco da Gama tem escola profissionalizante, com cursos de

eletricista predial e solda, mas falta muito material.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



Jocimar: Defendeu o investimento em educação. Lembrou que o município é responsável pela educação infantil e profissionalização dos jovens, porém as comunidades da RPA 3 ainda não são contempladas como deveriam. Argumentou que a divulgação das ações é fundamental, porque a atual forma de divulgação não chega nas comunidades. Ressaltou ainda que a forma como a força policial trata a juventude precisa ser revista, denunciou que a polícia já chega na comunidade batendo, apontando arma e chamando os jovens de bandido. A abordagem é assídua, agressiva e truculenta. Defendeu que a polícia precisa passar por uma formação para tratar a juventude de forma diferenciada, que a sociedade precisa parar de falar de jovem na mídia como bandido, e que o poder público precisa tratar dos jovens de forma correta.

Vinicius (Mirim Brasil): Reforçou o tema da relação com a creche, relembrando a responsabilidade do poder municipal. Defendeu que o tema se articula com a juventude porque a maior parte das mães de crianças de 0 a 5 anos é mulher jovem, que precisa largar a escola e o trabalho porque o Estado não cumpre sua obrigação. Lembrou que em Nova Descoberta há 34.000 habitantes e nenhuma área de lazer. No Vasco da Gama os espaços estão sucateados e que são áreas de importância não apenas para crianças e adolescentes, mas também para jovens e idosos. Avaliou que é fácil para o Estado mandar policial dar tapa na juventude, que só está fazendo uso do seu direito ao tempo livre, ao passo que não oferta ações de incentivo ao esporte e ao lazer. Lembrou ainda que o apoio do poder público para a cultura se resume ao ciclo festivo, mesmo sabendo da riqueza da produção cultural na cidade. Defendeu que em vez de pagar artistas milionários nos ciclos, deveriam incentivar os potenciais culturais das comunidades durante o ano todo.

Rafael: Avaliou que em Água Fria tem alguns grupos culturais, mas por falta de apoio e de espaço físico não têm muita expressão. Lembrou que a iniciativa da batalha de rimas (batalha do terminal) tomou dimensão maior do que esperava, e por falta de espaço físico migrou para Cajueiro, usando o espaço da Academia da Cidade, e ponderou que se houvesse estrutura aconteceria todo sábado do mês.

Tomaz: Destacou que a Secretaria de Juventude tem muitas tarefas. Disse entender que as comunidades tentam sobreviver, mas falta incentivo governamental, mesmo tendo Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



potenciais que exigem estrutura mínima. Sobre direito à mobilidade refletiu que a

juventude normalmente não tem carro, o deslocamento é de ônibus, então há a

necessidade de deslocamentos e de melhor serviço de ônibus (existem poucos 'bacurais'

e por isso demoram muito). Além disso, avaliou que a política de ciclofaixa é para

beneficiar a classe média que vai tirar foto no Recife Antigo e não para os trabalhadores

que se deslocam para o trabalho. Por fim, Tomaz refletiu que a abordagem policial

muda a depender do bairro onde está, o combate ao uso de drogas é seletivo, e defendeu

que mais problemático que o uso de maconha é o baculejo policial realizado nas

periferias.

Fernando: Compartilhou uma situação na quadra do Vasco onde a polícia mandou

encerrar o futebol argumentando que estava muito tarde. Sobre o direito à cultura disse

que sua família organiza uma atividade junina há nove anos, e nos últimos três anos não

teve apoio nenhum do poder público para realizar a atividade. No último ano tiveram

resposta da prefeitura na véspera do evento de que não teria nenhum apoio, além disso,

a CTTU cobrou taxa pela primeira vez para realização do evento.

Gabriela (Rede de Juventude de Terreiro): Ressaltou que diante das inquietações

percebe várias demandas na área cultural e profissional da juventude. Algumas

comunidades se organizam com apoio de ONGs que vêm fortalecendo a juventude.

Reafirmou que falta incentivo das secretarias para essas instituições. Sobre o aspecto da

educação lembrou que têm duas leis que tratam da história indígena e racial nas escolas

e isso não acontece na prática. Os jovens pretos e periféricos não se reconhecem e não

fortalecem sua identidade porque não há formação adequada para os professores.

Felipe: Acrescentou um comentário sobre a violência praticada contra os jovens, não só

através da polícia, mas também pela violação de direitos. Destacou que não há formação

política para a juventude (de como se estrutura a formação do poder e da legislação).

Ana: Disse querer contribuir com o debate por ser pesquisadora e professora. Refletiu

que as associações dos moradores são como feudos. Defendeu que a juventude deve

participar politicamente, participar do debate é sinal de reivindicação do espaço próprio.

Ressaltou que educação e trabalho são as principais pautas. Destacou que os jovens



estão preocupados com trabalho no mundo todo, e se isso não for debatido não se fará a

pressão necessária. Refletiu que o problema da educação também parte das escolas que

não acolhem, que não dialogam, que não dão sentido ao aprendizado.

MC Gênio: Propôs que houvesse remuneração para as pessoas que desenvolvem

trabalhos sociais nas comunidades.

Cassia: Considerou que falta apoio e incentivo para quem quer desenvolver atividades

culturais, ponderou que é preciso trazer para comunidade coisas que interessem aos

jovens.

Vinicius: Criticou a agenda das pré-conferências, argumentando que a juventude

também trabalha, e a realização das pré-conferências e da conferência em dias de

semana significa excluir parte da juventude do processo.

Joselito: Ponderou sobre a necessidade de reconhecer o limite do tempo, disse que na

tentativa de garantir a participação de todos e todas acontecerão duas pré-conferências

nos fins de semana (sábado e domingo). Avaliou que é um momento rico de construção

da política e também momento de troca de experiências, com vistas a ampliar as

relações na grande rede que é a rede de juventude. Ressaltou que na tentativa de garantir

o maior número de representantes na conferência, a comissão organizadora conseguiu

garantir transporte (um ônibus em cada RPA), além de alimentação nos dois dias de

trabalho. Socializou que a intenção inicial era de realizar a conferência no final de

semana, mas esbarrou-se naindisponibilidade de agenda dos espaços. Apresentou essas

ações enquanto iniciativas e esforços para contribuir com a participação.

Após as falas, foi realizado o processo de candidatura para composição da

delegação da Conferência municipal. O grupo candidato foi eleito por aclamação.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAF

1.4. Pré-conferência de Juventude do Recife - RPA 4

Local: Centro Paulo Freire - Madalena

Data: 15 de agosto de 2015 – 14h

A gestora de PPJ do Recife Camila Barros abriu a pré-conferência da RPA 4 e informou sobre a realização da pré-conferência da RPA 5 acontecendo simultaneamente. Agradeceu a disponibilidade de uso do espaço Paulo Freire, à Comissão Organizadora da Conferência, em nome de Zanzul e Helton, e dos conselheiros Michel e Alersson. Explicou sobre a Gerência de Juventude que integra a SJQP, e em nome do Gerente financeiro da SJQP João agradeceuà toda equipe. Ela reiterou que o processo da Conferência é um momento para ouvir, dialogar, trocar ideia e, mais além, para construir e criar subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Juventude, o início de uma conversa para a construção deste marco legal que possa dar

Ressaltou que os(as) jovens presentes são convidados(as) a desafiar a gestão pública à efetivação dos onze direitos previstos do Estatuto da Juventude, construído não através de um único segmento, mas por meio das diferenças. Em seguida, houve uma apresentação do projeto coletivo MC Gênio e a Batalha do Terminal, com a participação de Lucas Sang (16 anos).

o caminho para o poder público pensar, construir a PPJ no período de dez anos.

A conselheira municipal de juventude Zanzul Alexandre convidou todas as pessoas a refletir sobre a realidade da juventude. Ponderou que a experiência faz pensar ainda mais sobre o quanto a cultura possibilita oportunidade para os jovens, quando é possível vivenciá-la. Zanzul defendeu que a Conferência é uma oportunidade de levar para o poder público os anseios das juventudes, o que precisa melhorar, o que pode ser apoiado. Não é um momento para falas do poder público, mas de escuta sobre o que a juventude do Recife quer. Por fim, convidou a todos a assistirem ao vídeo "Estatuto da Juventude - Mais direitos para a juventude que transforma o Brasil", ponderando que assim como o ECA, o Estatuto da Juventude também vem para garantir os direitos da juventude, até então, não explicitados em nenhum documento.



Na sequência, o também conselheiro erepresentante do Fórum de Juventude

Negra de PernambucoAlersson Teixeira defendeu que o momento era propício para

desafiar o poder público através da participação popular. Relembrou que a Política

Pública de Juventude foi, desde seu início, trabalhada através da participação, e

defendeu que a efetivação dos direitos também se daria através da participação.

Participação da Plenária:

MC Gênio: Argumentou que quem transita de carro durante a semana, no final de

semana tem ciclofaixa para andar de bicicleta, mas o trabalhador que precisa utilizar as

ciclofaixas durante a semana para deslocamento ao trabalho não tem como trafegar.

Defendeu que se elabore uma proposta nesse sentido. Lembrou que existe o passe livre,

que tem jovem que não está estudando, mas está trabalhando e precisa transitar.

Reiterou que as atividades culturais também estão focalizadas no centro e as iniciativas

que acontecem nas comunidades não têm apoio. Lembrou que são as comunidades que

têm se organizado para realizar atividades culturais nas periferias.

Preto (Roda de fogo): Compartilhou que quando soube da batalha para conseguir

direitos, contra o poder, achou bastante interessante. Disse fazer parte de um grupo de

dança, que participa de concursos, mas não tem espaço para ensaio (ensaiam no meio da

praça de Roda de Fogo, junto com usuários de drogas e traficantes). Preto argumentou

que faltam acessórios e equipamentos para o grupo, e que tiram do próprio bolso para

ter figurino, participar de concursos etc.

Karine (Presidente do DCE – Diretório Central dos Estudantes - Faculdade Estácio):

Reforçou a intenção de que a Prefeitura do Recife tivesse um olhar no entorno das

universidades, disse haver uma falta de segurança próximo às faculdades.

Dyane Barros: Refletiu que o processo da conferência é muito importante também por

apontar para a construção do Plano Municipal de Juventude. Defendeu que se tenha um

olhar e cuidado para as políticas públicas sobre drogas, garantindo que os pactos tratem

de fato sobre a vida das pessoas. Sugeriu ainda que o movimento estudantil fosse

incluído nas pautas da construção do Plano Municipal de Juventude. Defendeu que os



jovens precisam pensar politicamente, não só de forma eleitoreira, mas precisam

também construir os mandatos que estão postos.

Ingrid (UJS – União da Juventude Socialista): Disse que a vivência com o movimento

estudantil a faz passar por muitos bairros e realidades. Avaliou que os problemas que a

juventude passa no dia a dia, nos locais onde estudam ou moram, fazem parte da forma

como o poder público percebe a realidade dos jovens. Argumentou que o Recife tem

muita coisa voltada para o centro da cidade, e defendeu que a cidade é muito rica,

culturalmente, esportivamente... que dentro dos bairros têm bandas, times de futebol,

basquete de rua, campeonatos. Reiterou que o Recife Antigo tem coisas bem bonitas,

mas nos bairros faltam quadras de lazer estruturadas. O olhar precisa ser

descentralizado, ter coisas em outros setores da cidade, para que a juventude não precise

se deslocar para o centro. Ter incentivos, com local para teatro, skate... Mudar o olhar

que não seja apenas de trazer a juventude para o centro da cidade, mas se sentir também

à vontade onde se mora. Ingrid também criticou a forma como a polícia está preparada

para atuar junto como os jovens, disse se sentir insegura com as abordagens policiais.

Nesse sentido, sugeriu capacitar melhor a polícia.

Malu Aquino (Movimento dos povos tradicionais e Conselho Estadual de Igualdade

Racial): Propôs discutir sobre as comunidades tradicionais. Lembrou que no Recife tem

mais de 800 comunidades tradicionais, de terreiro, que vivem sob muita discriminação.

Sugeriu que se promova um olhar com relação à equidade aos jovens de terreiros que

sofrem tanto com esta realidade.

Philipe (Coordenador do Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA da UNE -

União Nacional dos Estudantes): Reforçou a importância de ocupar os bairros que não

estão no centro, mas defendeu que a juventude tenha o direito de ocupar o centro se

assim o quiser. Socializou que muitas vezes quando está acontecendo um evento de

fortalecimento da cultura negra, a polícia passa no meio, desmobilizando a atividade.

Argumentou que o jovem precisa de segurança para ele e não contra ele. Destacou ainda

a juventude travesti, transexual, que precisa de uma política pública que a valorize.

Adriano (Chimba BBoy – Hip Hop pela Vida e Brigada Hip Hop): Comentou que tem

vários amigos que juntos faziam eventos de Hip Hop na área da Caxangá. Defendeu a

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



necessidade de ter mais a presença dos programas da prefeitura nas periferias que tem

sua juventude a mercê das drogas e da violência. Sugeriu que tenham mais programas

de capacitação cultural e política para que a juventude possa se informar mais, saber

mais dos seus direitos. Que tenham palestras sobre direitos humanos, sexualidade etc.

Disse viver próximo do Arruda e que lá não acontece nada para juventude. Têm

homicídios, prostituição de garotas e as drogas correndo solta na rua. Adriano avaliou

que existe um sistema muito burocrático que prejudica quem faz cultura, especialmente

os jovens, que não estão podendo fazer isso por diversas situações, a exemplo da

abordagem policial. Defendeu que o tema da segurança e da abordagem policial precisa

ser levado para as diferentes secretarias, a fim de se trabalhar junto pelos direitos das

juventudes.

Talita (Moradora da Várzea e Jovem Feminista Negra): Pautou a discussão de gênero,

defendendo que o tema precisa estar nos debates. Argumentou que se não existe uma

cidade segura para os homens, também não tem uma cidade segura para as mulheres, e

que a maior concentração de violência contra a mulher é contra mulheres jovens.

Denunciou que a homofobia também é um grande problema entre os jovens, meninas e

meninos, gays, lésbicas, travestis, transexuais, que sofrem violência pelo simples fato de

serem trans. Refletiu que há aumento do índice de HIV entre os jovens porque não se

conversa sobre sexualidade. Defendeu uma política de atenção integral à saúde das

mulheres jovens e que se repense o serviço de educação, de saúde, e a forma como se vê

o jovem.

Viviam (UEP – União dos Estudantes de Pernambuco): Refletiu sobre sua preocupação

com a Lei 10.639 que não é praticada como deveria. Defendeu que as pessoas negras

precisam se reconhecer como tal, isso passa pelo espaço da escola, das universidades.

Questionou como isso vai acontecer se não se discute estes temas nos espaços

educacionais.

Mitian Auceni (Sítio das Palmeiras):Destacou a dificuldade com a mobilização para

trazer os jovens para Conferência. Afirmou conseguiu mobilizar o grupo de dança de

Roda de Fogo e o pessoal de Sítio das Palmeiras, que tem trabalhado por uma saúde de

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAR

qualidade. Defendeu que não se pode ficar de braços cruzados, é preciso trabalhar em

favor da população negra, da população LGBT.

Anderson (Assistente social): Argumentou que existe uma crise muito grande de

representação juvenil, com algumas políticas de juventude que ficaram no limbo e agora

existe a oportunidade de dizer o que quer. Refletiu que é necessário pensar as políticas

públicas que vejam os jovens na sua integralidade e não de forma segmentada, que não

atendem enquanto jovem integral, que tem cor, que tem raça, ambições. Avaliou que há

um problema sério na educação, que é não dialogar com as necessidades dos jovens. A

escola não está preocupada em ouvir os jovens, a história do jovem de periferia fica

invisibilizada.

Michel Platini (Conselheiro Municipal de Juventude e morador de Roda de

Fogo):Ressaltou que não percebeu no debate a inclusão do jovem com deficiência.

Disse estar presente para quebrar estigmas e defendeu que os jovens precisam de

políticas públicas, de ferramentas de aprendizagem e de convivência. Ponderou que ser

cego não é uma característica ruim, e disse esperar a compreensão sobre a diversidade

da juventude e que as pessoas saibam lidar com as diferenças.

Thauan: Disse ser um momento histórico da cidade do Recife. Valorizou o espaço da

pré-conferência e da conferência, avaliando que acontecem em um momento difícil, em

uma conjuntura difícil para a juventude. Lembrou as conquistas do PROUNI e do passe

livre, e por outro lado, no Congresso Nacional, está pautada a redução da maioridade

penal. Defendeu a importância de sair da Conferência contra qualquer aumento da pena

e da redução da maioridade penal. Argumentou que as novas linguagens são para

polarizar o debate na mídia. Assegurou que a juventude é vítima da violência e não

causadora. Defendeu a importância de convocar a juventude para o debate da Política

Pública de Juventude, para consolidar o Estatuto da Juventude.

Alersson: Ressaltou que o Recife é a sexta cidade do Brasil mais violenta ou arriscada

para um jovem negro viver. Defendeu que a mudança desta realidade só é possível com

a participação da juventude e pautando o racismo como questão estrutural na sociedade

brasileira, pernambucana e recifense. Argumentou que as políticas públicas não estão

chegando de fato onde deveriam chegar: ao jovem da periferia. Defendeu a importância

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAR

de trazer o Multicultural, o Projeto Esporte do Mangue, o Projovem, e, por fim,

defendeu a urgente adesão do Recife ao programa Juventude Viva, como uma política

para juventude negra.

O encerramento do debate em plenária se deu com a apresentação dos

interessados em participar da III Conferência Municipal e a aclamação do grupo

representante desta região.

A pré-conferência na RPA 4 foi finalizada peloSecretário Municipal de

Juventude e Qualificação Profissional Jayme Asfora. Ele encerrou o encontro dizendo

que quer fazer dessas pré-conferências e III Conferência a base para formar o Plano

Municipal de Juventude do Recife – um documento para 10 anos que possa ficar como

um legado para o Recife. Lembrou que o papel do conselho é monitorar e fiscalizar o

poder público na execução deste plano. Assegurou o compromisso com o Plano

Municipal, sendo ele um colaborador para que este plano vire realidade, para que as

pessoas tenham mais espaço de lazer, para que a polícia melhore a sua abordagem,

evitando prejulgamentos, abuso de poder, violação de direitos. O Secretário encerrou o

encontro renovando o compromisso com as juventudes e esperando ser cobrado por

isso.



1.5. Pré-conferência da Juventude – RPA 5

Local: Escola Estadual Amaury de Medeiros

Data: 15 de agosto de 2015 - 14h

A conselheira municipal de juventude do Recife representante do Instituto Olé Janine Maciel iniciou a pré-conferência agradecendo as presenças e apresentando os integrantes do CMPPJ e da Gerência de Juventude do Recife. Ressaltou que paralelamente estava acontecendo outra pré-conferência na RPA 4, e avaliou que são diversas pessoas conversando sobre o momento da Conferência de Juventude, que ocorriana semana seguinte. Janine reafirmou o encontro enquanto oportunidade de conversar, propor e discutir questões específicas da juventude de Recife, ressaltando a necessidade de pensar alternativas e indicar as coisas boas e o que precisa melhorar. Disse ser um espaço de valorização da participação, com a esperança que as coisas boas aconteçam.

O conselheiro municipal de juventude do Recife Joselito Coutinho ressaltou que a proposta é falar sobre o processo de conferência e mais diretamente sobre a política pública específica para jovens da cidade do Recife. Joselito reforçou que todos os jovens têm direitos assegurados, e a ideia é conversar sobre esses direitos. Lembrou que cada RPA tem uma realidade específica, são realidades que em algum momento dialogam, e a proposta da pré-conferência é ter esse retrato da juventude. Destacou algumas questões: i)apolítica pública de juventude é nova se comparada a outras, tem sido construída há apenas 25 anos. Muita coisa avançou, mas também temos inúmeros desafios. A juventude brasileira, pernambucana, recifense ainda tem inúmeras dificuldades; ii)são os jovens presentes que têm a oportunidade de construir com a superação dos desafios vividos pela juventude recifense, cada um com seu jeito, cada um com sua vivência. Poder dizer o que esperam da vida enquanto jovem. Por fim, apresentou a proposta do vídeo "Estatuto da Juventude - Mais direitos para a juventude que transforma o Brasil", com depoimentos que apontam os onze direitos que a juventude brasileira tem garantido no Estatuto da Juventude. Após a exibição do vídeo Joselito relembrou o lema da conferência: 'AJuventude Mudando o Recife', e ressaltou



a capacidade da juventude mudar. Destacou que o momento é de diagnosticar a situação

da juventude nos bairros das RPAs e propor mudanças e sugestões. Após identificação

dos presentes, ressaltou que a pré-conferência tem representação de quase todos os

bairros que compõem a RPA 5.

Participação da Plenária:

Gorete (San Martin): Destacou que não há segurança nas comunidades, a saúde é

defasada, tem uma quadra, mas não tem segurança e saneamento. A violência está muito

grande e a juventude fica desprotegida.

Rian (San Martin): Lembrou que em todos os bairros, quando o jovem sai na rua, não

tem com o que se ocupar, e fica à mercê da criminalidade. Não tem algo pra fazer, ou

quando tem, não tem manutenção. Ressaltou que a falta de segurança é outra questão

que faz com que o jovem fique em casa.

Alan (Totó): Ressaltou que a atual política de esporte e lazer nos bairros da Mangueira

e Totó é de total abandono. Lembrou que existia atividade de natação, capoeira, teatro e

acabou tudo. Defendeu uma política pública que assegure a transição para a vida adulta,

e a vivência juvenil.

Lilian: Refletiu que o direito à igualdade é o mais desrespeitado. Ponderou que as

pessoas que têm condição social melhor conseguem acessar todos os outros direitos.

Destacou que em San Martin a saúde é um caos, não tem ação de profissionalização, de

segurança pública.

Carlos (Bongi e grupo Enigma): Disse trabalhar com muitos jovens e de sua

preocupação por ter um grupo de dança que é vetado em alguns espaços. Defendeu a

necessidade de espaço para grupos culturais e de uma política que possa abranger todos,

com mais oportunidades para os jovens. Avaliou que quem mora na periferia sabe que a

convivência do dia a dia é difícil, ter que trabalhar pra ajudar a mãe e o pai. Defendeu

que a juventude precisa de oportunidades e quando completa 16, 17 anos já tem que

trabalhar e não tem oportunidade de bons empregos.



Alan: Denuncia a existência de uma sala de ginástica no Totó que está fechada, alguns

guardas municipais desligam a tomada e dizem que está com defeito. Diz do seu sonho

em ter de novo o hip-hop, o balé, a capoeira, cada um fazendo o que gosta, e

funcionando toda área social da comunidade.

Jailson: Sugeriu à Secretaria Municipal de Juventude que passe a interagir com os

segmentos existentes na região, abrindo espaço do "Centro Social Urbano" que era

Centro da Juventude e que está atualmente fechado.

Cineide: Defendeu a necessidade de mais investimento na educação, com material

pedagógico, jogos, e ocupação no contraturno.

Camila Rago (Diaconia): Refletiu sobre a importância de se reivindicar, e também ter

um momento de retorno dessas reivindicações. Defendeu a necessidade que a sociedade

tem de saber se foi executado, porque não foi executado, e se existe um plano pra

execução das reivindicações.

Janine: Pontuou o reconhecimento do conselho quanto às limitações da política pública

de juventude. Questionou se os professores e as lideranças têm formação para

reconhecer o jovem como sujeito, e se essas pessoas estão acompanhando a evolução e

os direitos que a juventude tem conquistado. Destacou que a PPJ não é só a relação com

o jovem, mas com um conjunto de coisas, como as leis, que muitas vezes são criadas e

quem pensou não pensou no seu funcionamento. Defendeu que as leis precisam de

controle social pra funcionar, foi assim com o conselho da juventude, que é o local de

aproximação com a juventude e esse retorno tem que ser dado como política pública.

Garantiu que tudo está sendo sistematizado, vai ser organizado e levado para

conferência municipal. Lembrou que as proposições precisam ser transformadas em

política pública, que as reuniões do Conselho de juventude são abertas e as suas ações

são de controle social (fiscalização e cobrança).

Rian (San Martin): Destacou que apesar da crise é necessário ressaltar o

comprometimento da gestão que criou duas ações para juventude que é o Passe livre e o

PROUNI municipal. Salientou ainda que a culpa não é só dos governantes, considerou

que às vezes os próprios moradores quebram e destroem os espaços públicos.



Anacleto (Escola do Bongi): Indagou se o Conselho da Juventude tem ação itinerante

para formar os jovens sobre participação e envolvimento político. Avalia que a teoria é

muito bonita, sobre os onze direitos, mas na realidade é diferente.

Joselito (Diaconia): Reiterou que o Plano Municipal de Juventude deve nortear a PPJ,

lembrou que o que tá sendo dito vai compor o Plano, e o Conselho vai acompanhar e

monitorar: o que avançou e o que não avançou. Avaliou que a construção do Plano

também é um marco histórico na política de juventude no Recife e deverá servir para

fomentar o diálogo do conselho com os jovens das diversas RPAs.

Ao final da participação da plenária o SecretárioJayme Asforaagradeceu a

equipe do Conselho por estar presente e ressaltou que a etapa de pré-conferências foi

uma iniciativa do Conselho junto com a SJQP. Avaliou que elas estão acontecendo com

muita participação popular, o que traz melhores condições de saúde, segurança e

garantia de direitos. Ponderou que, no Recife, as comunidades mais pobres têm menos

acesso. Disse ter ouvido queixas sobre a truculência da polícia, mas que há avanços

como o Passe Livre e o PROUNI. Afirmou querer deixar como legado e herança para

cidade, o Plano municipal de Juventude, um documento para dez anos, para que os

filhos tenham melhores condições de vida. Refletiu que a juventude é campeã no

número de mortalidade, e os jovens negros muito mais. Campeã no uso de crack, e a

campeã do desemprego. Os jovens são quem estão mais desempregados, os maiores

dependentes químicos e são as pessoas mais assassinadas. Assegurou que todo debate

seria registrado e gravado e que irá trabalhar para que esse plano seja implementado.

Reiterou que o plano precisa sair do papel, e que quer ser cobrado por isso, por fazer um

plano que reflita a realidade da juventude.

Camila Rago, representando a Diaconia, conduziu o final da pré-conferência

com o processo de candidatura para delegados(as). Ela ressaltou que

os(as)delegados(as) têm a incumbência de representar essa área da cidade na

conferência municipal nos dias 19 e 20, no Centro de Convenções. Informou a

disponibilidade de ônibus por RPA, de alimentação, bem como declaração para quem

precisar justificar no trabalho ou na escola. Seguiu com a leitura dos nomes dos

delegados, aprovados por aclamação.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



Pré-conferência de Juventude – RPA 6

Escola Professor Jordão Emerenciano

Data: 16 de agosto de 2015 - 13h

A pré-conferência da RPA 6 foi aberta pelaGerente de Juventude do Recife Camila Barros. Ela iniciou lembrando que a ocasião encerra o ciclo de pré-conferências. Saudou as juventudes presentes: hip-hop, movimento estudantil, grupos culturais. Agradeceu aos membros da comissão organizadora presentes. Ressaltou que o momento não é apenas de escuta, mas se diferencia pelo processo das pré-conferências e pela oportunidade de construir subsídios para o Plano Municipal de Juventude – documento que vai dar a diretriz da gestão para o período dos próximos de anos. Lembrou uma característica histórica da juventude queé capaz de dizer o que precisa e o que quer e tem capacidade de construir junto e na diferença, com a cara da juventude recifense, respeitando sua diversidade. Apontou os avanços do ano: PROUNI, Passe Livre e a posse do CMPPJ. Disse ser uma realidade desafiadora para gestão, na perspectiva de construir uma política eficiente e efetiva. Apresentou e agradeceu também a participação dos integrantes da secretaria.

O conselheiro municipal de juventude Levi Costa disse ser uma satisfação estar representando o Conselho municipal. Agradeceu a presença dos parceiros, grupos presentes, e a direção da escola sede. Destacou a importância da juventude estar debatendo políticas públicas em um dia de domingo. Assegurou que a ideia é que a juventude possa de fato apresentar proposta e construir políticas públicas.

Em seguida, o Secretário Municipal de Juventude e Qualificação Profissional Jayme Asfora saudou as lideranças, diretores de escolas, a equipe da SJQP, o movimento estudantil, e o Conselho. Destacou que a pré-conferência é uma ação do Conselho, que tomou posse esse ano, saiu do papel e está terminando sua primeira grande atividade, a fim de seguir para maior açãono ano que é a Conferência de Juventude. Ressaltou que as pré-conferências têm sido bastante representativas, cada uma com sua história. Destacou as realidades ricas e estimulantes, mas também muito desafiadoras. Ressaltou que vai começar o diálogo mais profundo com a juventude a partir da III conferência. Disse que não vai ficar no papel, no que depender da



Prefeitura, mas reiterou a importância de que a sociedade civil cobre. Destacou o papel

de articular as PPJs, e nesse sentido, a importância da construção do Plano Municipal de

Juventude. Estimulou que os jovens presentes falem bastante e que as experiências

sejam levadas para a Conferência Municipal. Desejou boa semana e disse esperar

encontrar todos e todas durante a conferência.

A conselheira municipal de juventude Zanzul Alexandre prosseguiu sugerindo

que durante a atividade as pessoas pudessem dialogar com o poder público dizendo o

que acontece atualmente, e o que a juventude espera e deseja que aconteça. O que

pensam sobre os onze direitos da juventude. Introduziu a exibição do vídeo "Estatuto da

Juventude - Mais direitos para a juventude que transforma o Brasil".

Após a exibição do vídeo, Waneska Bonfim se apresentou enquanto consultora e

disse ter o papel de facilitar a conversa sobre os direitos assegurados no Estatuto da

Juventude, que serão discutidos na Conferência de Juventude do Recife. Ela propôs

conversar sobre a realidade de vida dos jovens, registrar as questões que aparecerem que

possam facilitar as propostas durante a III Conferência. Ressaltou que o momento é

conversar sobre a realidade: 'Como está a realidade dos jovens na região?' 'Como é a

vida por aqui, considerando essa região da cidade?" Que questões se destacam sobre a

vida dos jovens aqui que podemos aprofundar na conferência?'.

Participação da Plenária:

Levi (Conselheiro municipal de juventude): Iniciou o debate dizendo que a dificuldade

no Ibura é a questão de espaço. UR2, Três Carneiros...cada território tem sua liderança,

estão sempre em discussão, mas têm muita dificuldade com espaço para andar de skate,

para o exercício da dança etc. Levi disse não ter praça que atenda as demandas. As

academias da cidade estão fechadas, não tem segurança nem equipamento, e também

que faltam pessoas para fazer intervenções. Destacou ainda que é preciso acontecer

palestras com a presença do poder público que precisa ouvir as demandas da população.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAR

Diamante (UJS - União da Juventude Socialista): Avaliou que o Ibura é um celeiro

cultural que abrange várias expressões: hip-hop, capoeira, coco etc, e propôs a

construção de um teatro na região, onde essas expressões possam se apresentar.

Fernando (UJS – União da Juventude Socialista): Destacou que os jovens do skate

sofrem muita discriminação. São chamados de vagabundos.

Felipe (Presidente do grêmio estudantil): Lembrou que tem uma equipe boa dos

grêmios que tem lutado, e que trabalha com alunos e jovens que usam drogas. Defendeu

que é preciso estender a mão para quem está do lado, que a escola faça projetos de

cultura pra trazer quem está fora da escola.

Nino (morador do Ibura): Ressaltou a importância da liberdade de expressão, e

questionou a capacidade de concretização das propostas apresentadas, tendo em vista

que muitas delas foram feitas nas duas primeiras conferências. Sugeriu a estruturação de

uma biblioteca na comunidade, e de um curso de edição de vídeo que utilize linguagens

como grafite e desenho. Concluiu dizendo que a demanda continua sendo a realização

de tudo que já foi solicitado na comunidade.

Tio Sam: Lembrou que a quadra de esportes existente em Três Carneiros tem servido

de armazém.

Felipe: Refletiu que através de uma proposta cultural se poderia salvar muitos jovens.

Comentou que realizam baile funk sem droga e sem bebida, mas a sociedade diz que a

juventude é drogada.

Jimmy (Escape): Retomou que no Ibura existe uma escola de skate internacionalmente

conhecida, graças à diretora da escola que abriu espaço. Disse que é possível

transformar, mudar, mas faltam parcerias. Têm muitas coisas acontecendo mostrando

que é possível. Ressaltou que o direito ao desporto e ao lazer está previsto no Estatuto, e

que cabe a juventude se unir e ver que é possível acontecer.

Maria do Carmo (Diretora da Escola Jordão Emerenciano): Disse entender que o

caminho para mudança é a educação, mas refletiu que por si só ela não vai dar conta de

todas as necessidades, nem as dos estudantes, e nem as dos jovens. Argumentou que

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



existem várias outras formas que deveriam estar juntas: formação e família, por

exemplo. Quanto ànecessidade de espaço, ressaltou que também têm espaços que são

subutilizados porque falta inciativa de ocupação de forma produtiva. Ressaltou que

existe jovens com problema de saúde, depressão, problemas psicológicos, e quando vão

para saúde não são atendidos, ou são subatendidos. Muitas vezes os jovens que se

envolvem em problemas com a justiça, voltam para escola, mas voltam proforma, às

vezes queriam muito mais um estágio ou um trabalho do que estudar.

Janine (Conselheira municipal de juventude): Ressaltou que quem acompanhou o

processo de eleição do conselho sabe que o conselho ficou parado e só foi retomado no

início desse ano (2015). Destacou que essa era a primeira ação de aproximação com a

gestão, que se deu a partir de março. Compartilhou seu sonho de que todas as propostas

elencadas nas outras conferências virem letra viva e saiam do papel. Pontuou que houve

avanços com o Estatuto da Juventude, mas precisa também da sensibilidade do gestor

público para perceber o jovem como sujeito que tem sua história de vida. Destacou que

na conferência a ideia é pensar no Recife inteiro e pensar de como isso vai se efetivar no

Plano Municipal de Juventude. Lembrou que o secretário assumiu o compromisso de

fazer valer o Estatuto, e disse caber ao conselho e a juventude acompanhar e cobrar. Por

fim, Janine convidou as pessoas interessadas a realizar sua inscrição para delegação da

III Conferência Municipal de Juventude do Recife.

Miguel: Lembrou que na Conferência os direitos serão debatidos de forma mais ampla,

mas relatando a realidade. Citou que a juventude periférica sofre com muita

desigualdade. Defendeu a proposta de montar uma campanha de combate ao bullying

nas escolas municipais e estaduais, a fim de diminuir o preconceito. Sobre trabalho,

Miguel relatou que participou do Programa Jovem aprendiz, mas avaliou que as

empresas não se importam com os estagiários, e sugeriu que se tenha maior

acompanhamento para os jovens que participam do programa, para que eles não se

sintam desamparados e desempregados do mercado de trabalho.

Levi: Enfatizou que é preciso atuar contra a discriminação, lembrou que a repressão da

polícia é muito grande na comunidade, inclusive com preconceito racial. Destacou as

repressões constantes, a forma truculenta de abordagem, e as agressões.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



Diamante: Lembrou que quando a população quer reivindicar seu direito junto à

polícia, eles botam no carro e dão porrada.

Marcelo (morador do Ipsep): Ressaltou a escassez de instrumentos de cultura e lazer.

Relatou que a polícia chega com bastante violência, recriminando a cultura do povo.

Sugeriu que o Conselho de Juventude peça explicação ao 13º batalhão sobre a forma de

abordagem nas comunidades. Defendeu que a juventude quer políticas públicas e não

violência.

Silvia (Assistente social): Relatou que já trabalhou no Projovem e considera que os

relatos com relação à abordagem da polícia e a ausência de equipamentos culturais são

os mesmos. Quanto às práticas educativas nas escolas, disse estar tramitando uma

proposta de lei para ter assistentes sociais com atuação nas escolas de forma

diferenciada.

Ao final das intervenções, os conselheiros Janine e Levi conduziram o processo

de inscrição de delegados(as), eleitos(as) por aclamação.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



2. Conferência Municipal de Juventude

2.1. Mesa Oficial de Abertura

A mesa de abertura oficial da III Conferência de Juventude do Recife foi composta pelo Vice-prefeito da Cidade do Recife Luciano Siqueira; pelo Secretário de Juventude e Qualificação Profissional Jayme Asfora; pelo Secretário Executivo da Criança e Juventude do estado de Pernambuco João Suassuna; pela Conselheira Municipal de Políticas Públicas de Juventude Zanzul Alexandre; pela Secretária Adjunta Nacional de Juventude e Presidenta do Conjuve Ângela Guimarães; pela Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Recife Ana Rita Suassuna; pela Secretária da Mulher do Recife Elizabete Godinho e pela Vereadora do Recife e presidente da Comissão de Juventude da Câmara Municipal do Recife Isabella de Roldão. Após a composição da mesa de abertura todas as pessoas presentes foram convidadas a participar da execução do Hino Nacional.

O início da Conferência se deu com uma saudação de Jayme Asfora aos presentes. Ele destacou que o CMPPJé, juntamente com a Prefeitura do Recife, o promotor e organizador da conferência. Agradeceu a presença de todos e à equipe da SJQP, em nome de Camila Barros, e homenageou os militantes de direitos humanos, em nome de Amparo Araújo. Reafirmou que se fez história com a realização da Conferência sendo organizada pela sociedade, através do Conselho Municipal. Destacou que no Recife 26% da população é jovem, e tem a juventude no topo dos índices de uso de crack e do extermínio, em especial, a juventude negra. Ressaltou que o momento de crise rebate na violência e no aumento da dependência química. Reafirmoua abertura do governo para ouvir durante os dois dias da III Conferência, e odesejo de que as discussões embasem o Plano Municipal de Juventude, que deverá ser submetido à Câmara de Vereadores do Recife, apresentado para os próximos dez anos na perspectiva de uma ação de Estado. Ponderou que os desafios deverão ser enfrentados juntos. Refletiu que as Políticas Públicas de Juventude precisam ser transversais. Ressaltou as ações realizadas pela Gerência de Juventude: Posse do Conselho; Curso de formação; Pré-conferências; Conferência e a meta da realização do Plano até o final do ano. Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



Finalizou afirmando que a III Conferência éuma intenção da gestão que o Plano saia do

papel e se concretize. Destacou que o Recife realizou uma Conferência de Juventude

legítima, democrática e bastante plural e ressaltou o posicionamento público do governo

municipal contra a proposta de redução da maioridade penal.

O secretário Jayme Asfora convidou a Gerente de Juventude Camila Barros para

conduzir uma homenagem póstuma à Conselheira Municipal de Juventude do Recife

Katiuscia Moutinho representante do Instituto Olé, falecida em 2015.

Intervenções da Mesa de Abertura:

Luciano Siqueira - Lembrou que no início do século passado não se tinha consciência

que se fazia história, e hoje o debate se alarga. Concordou que a realização da

conferência deve ter o espírito de ouvir críticas e contribuições, considerando o espírito

rebelde e criativo da juventude do Recife. Sublinhou a importância do trabalho

realizado pelo secretário Jayme Asfora e sua equipe, reconhecendo o esforço e a

sensibilidade para dialogar com os jovens nas diversas áreas. Destacou que é preciso

identificar nos movimentos que alteraram os rumos do país a presença dos jovens:

Castro Alves, Cida Jardim, Zumbi, Frei Caneca, enfatizando a participação da juventude

como muito importante. Ressaltou que o Recife é uma das cidades mais desiguais do

país, cujo perfil concentra renda nas mãos de poucos. Disse acreditar que a população

jovem, junto com o restante da população do país, experimentou mudanças

substanciosas. Refletiu que há uma distinção a fazer entre a parcela que

democraticamente tem ido às ruas, da parcela populacional que poderá ir às ruas em

defesa do impeachment. Ressaltou que se cometeria um equívoco sério em não fazer

essa distinção, argumentando que o crivo precisa ser analítico e correto. Defendeu que é

preciso compreender que o Brasil vive uma grande e grave encruzilhada, e que se já

fazíamos parte da crise global que se abate sobre a economia de todo mundo, foi

possível conviver com essa crise mantendo um padrão de vida satisfatório até o ano

passado, e agora, quando a crise se agrava e atinge países emergentes, como a China,

que é hoje o principal parceiro comercial do Brasil, a repercussão é muito dura, o que



obriga o governo a um ajuste fiscal penoso. Reiterou que é a hora dos governantes do Recife, dos que estão nas políticas públicas, fazerem o máximo de esforços para reduzir o impacto sobre a população. Argumentou ainda que é necessário que a juventude levante sua voz, cobrando dos governos, mas distinguindo onde se deve seguir, porque a defesa da ordem democrática, das regras constitucionais e de cada segmento da sociedade se coloca como dever de todos. O vice prefeito destacou que a Conferência vai subsidiar o conteúdo do Plano Municipal e da Política de Juventude do Recife, assim, é uma Conferência com um olho no Recife e um olho na nação. Finalizou dizendo acreditar que a juventude faz hoje a história do Recife.

João Suassuna — Cumprimentou a mesa e agradeceu o convite. Ressaltou que a juventude sempre teve papel relevante na história do Brasil, no período da ditadura, na campanha das Diretas Já, no processo de impeachment etc. Destacou que a crise atual também é ética, mas não é possível deixar de acreditar, sonhar e crer na juventude, que está mais em evidência que nunca. Lembrou a proposta de lei da redução da maioridade penal proposta por um congresso conservador. Refletiu que o Brasil tem a 4ª taxa de encarceramento do mundo, com alto índice de reincidência, e que o momento é de debate, conversa, diálogo e construção da Política Pública. Ressaltou que em junhoreconstituiu-se o Conselho Estadual que estava desativado, que haverá mais de setenta conferências municipais de juventude em Pernambuco, e que já houve a primeira Conferência Territorial em Glória de Goitá. Aproveitou para convocar que todos participem dos grupos temáticos, porque assim se construirá um Recife melhor e um Pernambuco melhor.

Isabella de Roldão – Disse de sua alegria em participar da III Conferência, que se dá em um momento muito especial e turbulento do país, do estado e da cidade. Destacou que todos são chamados a discutir políticas públicas para cidade, e efetivamente às voltadas para juventude do Recife. Reiterou o momento de discutir temas importantes em um espaço democrático, e que a conferência de juventude não pode ser silenciosa, tem que haver algo que pulsa, que não é possível perder o sentimento de rebeldia, mas é preciso resgatar o desejo de participação e questionamento, pois é só isso que faz incomodar o que está posto. Alertou os(as) conferencistas delegados(as) para ter atenção, cuidado e



zelo e não permitir que acontecesse na Conferência de Juventude o que aconteceu na Conferência de Educação, onde o projeto de lei que chegou na Câmara não foi o que saiu na Conferência de Educação. Encerrou sua fala parafraseando o Papa Francisco

"Peço que vocês sejam revolucionários, que vocês vão contra a corrente".

Ângela Guimarães – Destacouque há dez anos o Brasil assimilou as demandas da juventude brasileira e passou a considerar as juventudes enquanto sujeitos de direito. Ressaltou que políticas como o PROUNI, o PROJOVEM, a expansão das universidades federais e de escolas técnicas são conquistas que precisam ser comemoradas. Entretanto, disse não poder afirmar que estamos no mar de rosas. Lembrou que em 2015, com o agravamento das crises econômicas e políticas, e com o empenho da Câmara federal que é o pior congresso já eleito desde a redemocratização - a juventude tem tido que fazer uma grande trincheira. Ressaltou que a conferência precisa se posicionar contrária ao atendado aos direitos de jovens e adolescentes, enquanto espaço de renovar as demandas, de ouvir sobre os temas das juventudes, de pensar os grandes temas nacionais e de apontar caminhos para aprofundar os projetos de desenvolvimento e de criar mecanismos de diálogo. Ângela defendeu que é preciso ter mais escola, mais cultura, e mais consciência para trazer a juventude para cena pública. Destacou alguns desafios: (i) efetivar o Estatuto da juventude na vida de cada jovem; (ii) reduzir a mortalidade da juventude negra (tema central da agenda das juventudes no país);e (iii)atualizar o Plano Nacional de Juventude consolidando uma política de Estado. Deixou sua saudação e disse da intencionalidade em realizar mais momentos de diálogo e troca entre os poderes públicos e os movimentos juvenis organizados.

Zanzul Alexandre – Saudou os movimentos presentes e lembrou que o tema da conferência não poderia ser mais questionador. Defendeu a necessidade de juntar os movimentos da cidade e transformar o Recife em um lugar com mobilidade urbana, com políticas de esporte e lazer, e que repudia a política preconceituosa. Reiterou o objetivo de continuar a reflexão e de construir um momento de proposição que desencadeie a construção do Plano Municipal de Juventude. Encerrou sua fala saudando os demais membros da comissão organizadora da conferência, e declarou oficialmente aberta a III Conferência Municipal de Juventude do Recife.





2.2. Regimento interno

A mesa de aprovação do regimento interno da III Conferência Municipal de

Juventudes do Recife foi composta por Zanzul Alexandre (Conselheira e integrante da

Comissão de Organização da Conferência) e Camila Rago (Conselheira Municipal de

Juventudes do Recife e representante da Organização Não Governamental Diaconia).

A Comissão Organizadora elaborou antecipadamente à Conferência uma

proposta preliminar de regimento que foi submetida à votação da plenária. Durante a

leitura do texto, os participantes indicavam os destaques a serem apresentados,

defendidos e votados. Assim, o texto foi sendo alterado e, ao final, o Regimento Interno

foi aprovado para orientação da III Conferência Municipal de Juventude.

Questões de ordem:

Principais questões debatidas durante aprovação do Regimento interno da Conferência:

1- Definição da faixa etária apta a se credenciar enquanto delegado(a) da

Conferência Municipal;

2- Definição do prazo para inscrição de candidatos à delegação do Recife à

Conferência Estadual;

3- Inclusão do critério etário para eleição da delegação do Recife para

Conferência Estadual;

4- Garantia da paridade de gênero na delegação do Recife para Conferência

Estadual;

5- Definição de prazos para publicação do relatório final da III Conferência

Municipal;

6- Definição de prazos para elaboração, apresentação pública e aprovação do

Plano Municipal de Juventude.

REGIMENTO INTERNO APROVADO¹

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO RECIFE

19 e 20 de agosto de 2015

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1°. A III Conferência Municipal de Juventude é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Juventude e Qualificação Profissional do Recife.

Art. 2°. A realização da III Conferência Municipal de Juventude dar-se-á de 12 a 20 de agosto de 2015, e será composta pelas etapas regionais.

Art. 3°. A III Conferência Municipal de Juventude tem abrangência Municipal assim como as diretrizes, relatórios, documentos e moções aprovadas.

Art. 4°. Em todas as etapas da III Conferência Municipal de Juventude, o debate deverá primar pela qualidade, pela garantia do processo democrático, pelo respeito à autonomia municipal, pela pluralidade e pela representatividade dos segmentos sociais, dentro de uma visão ampla e sistêmica das questões relacionadas à juventude.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 5°. A III Conferência Municipal de Juventude tem por objetivo geral promover a participação juvenil e elaborar propostas para a consolidação de políticas públicas e de uma agenda para a juventude que venha a contribuir para o desenvolvimento da cidade do Recife, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de *discriminação* e os seguintes objetivos específicos:

¹Texto final aprovado em plenária na III Conferência Municipal de Juventude. Em destaque (negrito e itálico), estão os acréscimos ou alterações propostas e aprovadas pelos participantes.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



- I indicar prioridades de atuação do Poder Público na consecução da Política Municipal de Juventude:
- II fortalecer a relação entre governos e a sociedade civil para maior efetividade na formulação, execução e controle da Política Municipal de Juventude;
- III identificar e fortalecer a transversalidade do tema juventude junto às políticas públicas nos três níveis de governo;
- IV propor aos entes municipais estratégias para ampliação e consolidação da temática juventude junto aos diversos setores da sociedade;
- V- promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial dos (as) jovens, na formulação e no controle das políticas públicas de juventude;
- VI Elaborar subsídios ao Plano Municipal de Juventude do Recife;
- VII Elaborar subsídios para a construção do Sistema Municipal de Juventude;
- VIII Divulgar e popularizar o conteúdo do Estatuto da Juventude;
- IX colaborar e incentivar a atuação conjunta do município e estado em torno de planos e metas comuns para a população jovem;
- X revisar as propostas da 2° Conferência Municipal Juventude;
- XI fortalecer, ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil, em especial da juventude, aos mecanismos de participação popular e políticas públicas de juventude;
- XII mobilizar a sociedade e a diversidade dos meios de comunicação comercial, popular e mídias livres, para a importância das políticas de juventude no desenvolvimento do Recife;
- XIII Construir a 3° Conferência Municipal de juventude nos marcos da *inclusão*, acessibilidade e da sustentabilidade;
- XIV Favorecer o intercâmbio das múltiplas expressões da juventude esportivas, culturais, científicas, tecnológicas, ambientais, econômicas e outras de modo a

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude

Por você, Trabalhando Sem Parar.

fortalecer iniciativas da organização juvenil e facilitar o estabelecimento de novas redes e comunidades de jovens nos territórios;

XV – Favorecer a transversalidade do debate sobre o combate e desconstrução das opressões de gênero, classe, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, em situação de rua ou em cumprimento de pena de privação de liberdade;

XVI – Promover o Recife como referência estadual de boas práticas em políticas de participação;

XVII – Fortalecer as instituições democráticas e o próprio conceito de democracia no Brasil.

XVIII – O Conselho Municipal de Política Pública de Juventude deverá apresentar e aprovar o Plano Municipal de PPJ em plenária amplamente divulgada, referenciado no debate acumulado nas três Conferências Municipais de Juventude, com prazo de 60 dias após a 3ª Conferência Municipal de Juventude.

CAPÍTULO III

DO TEMÁRIO

Art. 6°. O tema geral da III Conferência Municipal de Juventude será "A Juventude mudando o Recife".

Art. 7° A III Conferência Municipal de Juventude terá seus debates organizados conforme os eixos de direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude:

- I Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
- II Direito à Educação;
- III Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;
- IV Direito à Diversidade e à Igualdade;



- V Direito à Saúde;
- VI Direito à Cultura;
- VII Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- VIII Direito ao Desporto e ao Lazer;
- IX Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;
- X Direito ao Território e à Mobilidade;
- XI Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.
- Art. 8°. Os debates da 3ª Conferência Municipal de Juventude serão subsidiados pelos seguintes documentos:
- I Estatuto da Juventude;
- II- Reflexões resultantes das Pré-conferências Municipais de Juventude do Recife.

CAPÍTULO IV

DAS ETAPAS

- Art. 9°. A III Conferência Municipal de Juventude será composta pelas seguintes etapas:
- I. Pré-conferências por RPA, sendo uma em cada RPA, totalizando 06 Pré-conferências Municipais de Juventude do Recife.
- II. Conferência Municipal de Juventude do Recife.



CAPÍTULO V

COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 10°. A Comissão organizadora será composta por integrantes do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude do Recife e pela Secretaria Municipal de Juventude e Qualificação Profissional do Recife.

Art. 11°. A Comissão Organizadora Municipal terá as seguintes competências:

 I – coordenar, supervisionar e promover a realização da III Conferência Municipal de Juventude;

 II – aprovar as propostas de metodologia e sistematização do processo de discussão das etapas da III Conferência Municipal de Juventude;

III – coordenar os debates, submissão de propostas e eleição de delegados e delegadas;

IV – mobilizar a sociedade civil e o poder público para participarem das conferências;

V – acompanhar o processo de sistematização dos relatórios que serão submetidos à etapa Estadual;

VI – acompanhar a viabilização de infraestrutura necessária à realização da Etapa Municipal da III Conferência Municipal de Juventude;

VII – produzir a avaliação da 3ª Conferência Municipal de Juventude;

VIII – providenciar *publicação e ampla divulgação nos meios de comunicação oficiais* do relatório final da 3ª Conferência Municipal de Juventude, *30 dias após a sua realização*;

IX- deliberar sobre todas as questões referentes à 3ª Conferência Municipal de Juventude que não estejam previstas neste regimento.

Art. 12°. A Comissão Organizadora Municipal será composta de 07 membros, sendo 04 indicados pela sociedade civil e 03 do poder público, maioria mulher.



CAPÍTULO VI

PARTICIPANTES

- Art. 13°. São participantes da III Conferência Municipal de Juventude do Recife:
- I 210 delegados(as) eleitos nas Pré-conferências regionais;
- II 90 delegados(as) indicados pelo poder público municipal;
- III- 44 delegados(as) natos do Conselho Municipal de Juventude do Recife;
- IV- 56 convidados(as) e observadores(as).
- §1º Todos os delegados(as) têm direito a voz e voto.
- §2º Os demais participantes têm direito somente à voz, cabendo à Comissão Organizadora Municipal disciplinar exceções a esse direito.
- §3º As possíveis vagas a delegado remanescentes das Pré-conferências municipais serão ocupadas através de inscrição on-line, iniciadas logo após a última pré-conferência programada e encerrada assim que finalizado o número de vagas disponíveis.

CAPÍTULO VII

DOS GRUPOS DE TRABALHO

- Art. 14°. Serão 8 grupos de trabalhos com a seguinte composição:
- I Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
- II Direito à Educação e Direito à Diversidade e à Igualdade;
- III Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;



IV - Direito à Saúde;

V - Direito à Cultura;

VI - Direito ao Desporto e ao Lazer e Direito à Comunicação e à Liberdade de

Expressão;

VII - Direito ao Território e à Mobilidade e Direito à Sustentabilidade e ao Meio

Ambiente;

VIII - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

Art. 15°. Cada grupo de trabalho poderá apresentar até 10 propostas, por eixo de direito

estabelecidos no Estatuto da Juventude.

Art. 16^a. Cada grupo contará com pelo menos um facilitador e um sistematizador.

CAPÍTULO VIII

DO CREDENCIAMENTO

Art.17°. O credenciamento de delegados e delegadas na etapa Municipal da 3ª

Conferência Municipal de Juventude é obrigatório para participação na Conferência

Municipal e deverá ser feito junto à estrutura instalada no local do evento,

presencialmente, conforme programação aprovada pela Comissão Organizadora

Municipal.

§1º O credenciamento da III Conferência Municipal de Juventude do Recife será dia 19

de agosto de 2015, das 08h às 12h, mediante apresentação de documento com foto.

§ 2° Qualquer substituição de delegados inscritos estará sujeito à autorização da

Comissão Organizadora Municipal da Conferência, após o período estabelecido para o

credenciamento.



CAPÍTULO IX

DAS ELEIÇÕES PARA DELEGADO

Art. 18°. A inscrição de candidatos para compor a delegação do Recife à Conferência Estadual deverá ser feita no local de credenciamento, no segundo dia de Conferência, dia 20 de agosto, no horário de 8 da manhã ao meio dia.

Art 19°. A eleição dos delegados à III Conferência Estadual de Juventude será de forma direta, através de cédula rubricada e carimbada pela comissão organizadora, no dia 20 de agosto de 2015, observadas as seguintes condições:

I – Estão aptos e ser votados os participantes na condição de delegado na III
 Conferência Municipal de Juventude do Recife;

II – As candidaturas só serão validadas mediante participação em 75% da programação desta Conferência Municipal;

III - A eleição deve prezar pela paridade de gênero e no mínimo, 80% de jovens de 15 a 29 anos;

IV – Serão eleitos os 23 candidatos mais votados, observadas as condições já explícitas no inciso II deste capítulo, conforme distribuição de vagas estabelecida no Regimento da Conferência Estadual de Juventude:

V – Serão indicados 6 delegados pelo poder público municipal;

VI – Será indicado 01 Conselheiro Municipal de Juventude como delegado nato.

§1°. É necessário estar presente no momento da realização da etapa para ser eleito delegado ou delegada.

§2°. Cada delegado municipal pode votar em apenas 01 (uma) pessoa dentre as que se candidataram para serem delegadas.



Art. 18ª As moções deverão ser apresentadas com o mínimo de 10% de assinaturas dos delegados;

Art 19º Os casos omissos a este Regimento Interno serão acompanhados e resolvidos pela Comissão Organizadora Municipal.



2.3. Painel Temático

A mesa do painel temático foi composta por Ângela Guimarães (Secretária

Adjunta Nacional de Juventude e Presidenta do Conjuve); Camila Barros (Gerente de

juventude da cidade do Recife) e Eliedson Machado (Integrante do Fórum de Juventude

de Pernambuco - FOJUPE e militante da Rede de Juventude e Meio Ambiente -

REJUMA), com a coordenação de Alersson Teixeira (Conselheiro municipal de

juventude do Recife e integrante do Fórum de Juventude Negra de Pernambuco).

A fala inicial foi de Ângela Guimarães, que agradeceu o convite e disse ser

tempo de renovar as demandas, mensurar as bandeiras, avaliar o que funcionou ou não,

e decidir para onde se deve caminhar. Explicitou que sua apresentação abordaria as

grandes questões que se relacionam com a juventude brasileira.

Quanto ao Perfil da Juventude Brasileira:

Apontou que o Brasil tem 51.330.566 jovens entre 15 e 29 anos, o que equivale

a 27% do total da população brasileira. 50,4% desse total são de mulheres e 49,6% de

homens. No que se refere à juventude trabalhadora 80% Jovens de 25 a 29 anos, e 74%

Jovens de 18 a 24 anos são economicamente ativos.

Disse que em contraposição aos mitos que escutamos sobre a juventude 84% da

juventude considera a política importante e 90% acredita que a juventude tem a

capacidade de mudar o mundo. Esses jovens acreditam que podem mudar o mundo

através de passeatas e mobilizações de rua, conferências e conselhos, mobilização pela

internet; associações e coletivos. Defendeu que existe, portanto, um sentimento de

atuação política coletiva.

Quanto aos Marcos e avanços na Política de Juventude:

Destacou a criação da Secretaria Nacional de Juventude; a criação do Conselho

Nacional de Juventude; o lançamento do PROJOVEM; a 1ª Conferência Nacional de

Juventude; a aprovação da PEC da Juventude; o PAJUR – Programa de fortalecimento

da autonomia da juventude rural; o Estatuto da Juventude; COIJUV e Participatório;

Juventude VIVA; e a 2ª Conferência Nacional de Juventude. Ressaltou que a primeira

 $Informações: \underline{cmppj.recife@recife.gov.pe.br}\ e\ 3355-2556$



década da Política Pública de Juventude foi marcada também por alguns programas: PRONATEC: Criado em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego já atendeu mais de 6,2 milhões de brasileiros, e é a política mais recente com meta de 8 milhões de vagas até 2015. SISU (Sistema de Seleção Unificada): permite às instituições públicas de ensino superior oferecer vagas a candidatos participantes do Enem. A oferta de vagas mais do que triplicou indo de 47,9 mil para 171,4 mil vagas, entre 2010 e 2014. PROUNI (subsídio para vagas em instituições privadas): 1,92 milhão de bolsas para estudantes do ensino superior de 2005 a 2013 com aumento neste período da oferta em 12 vezes. Enfatizou que 70% dos jovens beneficiados constituía a primeira geração de universitários da família, quase a metade eram negros e negras e 74% frequentavam cursos em horários noturnos. FIES (financiamento de vagas em instituições privadas): Com 1,6 milhões de contratos. Ampliação da REDE FEDERAL: Atualmente conta com 422 institutos federais, 18 universidades e 173 campi construídos. CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: Funciona desde 2011, já foram concedidas 60.776 bolsas de estudo pelo Programa, e o plano para 2014 é chegar a 101 mil bolsas.

Quanto aos Desafios: A violência e a Juventude. Enfatizou que a violência é um problema que tem idade, raça e território no Brasil. Argumentou que as cidades são reféns de três ou quatro grupos econômicos de especulação imobiliária. São cidades que rifam as áreas verdes e geram adensamento reforçando o apartheid. Além disso, apontou para um contexto de decadência da condição de vida nas periferias, fazendo das cidades um ambiente inseguro, e somado à ausência de política de mobilidade que favoreça a população periférica acessar políticas de culturas. Apresentou um dado que aponta que em 2013 morreram no Brasil 56.337 pessoas vítimas de homicídio das quais 67,9% eram negras. No mesmo ano, 30.072 entre 15 e 29 foram vítimas de homicídios, ou seja, 53,4% do total e 71,5% dos jovens assassinados eram negros. 93,4% das vítimas de homicídios eram do sexo masculino. Destacou que nenhum dos países em conflito armado no mundo perdeu essa quantidade de gente.

Quanto aos avanços nos mecanismos de democratização: Lei de Cotas – Lembrou que via de regra a população negra está na base da pirâmide, assim, considerou como uma vitória, resultado de uma luta histórica dos movimentos sociais, a Lei nº



12.711/2012 (depois de mais de dez anos de tramitação) que reserva 50% das matrículas nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia aos estudantes oriundos do ensino médio público, observando-se a reserva de vagas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a proporção de tais grupos nos estados. Lembrou que o percentual deve ser aplicado gradualmente, sendo 12,5% em 2013; 25% em 2014; 37,5% em 2015; e 50% até 2016. Em 2014, o percentual aplicado pelas universidades federais no SISU foi de 41,7% e nos Institutos federais, de 45,5%. Significou que foram 130 mil jovens beneficiados em 2013. (MEC)

Quanto às desigualdades no mundo do trabalho: Ressaltou que em 2012, 68,4% dos jovens brasileiros trabalhavam ou procuravam trabalho. São cerca de 35,6 milhões de pessoas. Entre 2006 e 2012, houve avanços significativos no mundo do trabalho para juventude, destacam-se: i) Queda do desemprego juvenil (de 15,7% para 12,2%); (ii) Redução da informalidade entre os jovens trabalhadores (de 48,1% para 38%); e (iii) Aumento do rendimento médio do trabalho dos jovens em 35%. Ponderou que a maior desigualdade se observa em relação à qualidade do trabalho: Estão na informalidade 44% dos jovens trabalhadores negros e 31,3% dos jovens trabalhadores brancos.

Desafios – Preocupações da juventude brasileira: Destacou que de acordo com a pesquisa "Agenda da Juventude Brasil 2013", a violência é o problema mais citado entre os que preocupam os jovens atualmente (citada por 43%), seguida por emprego/profissão (citada por 34%), saúde (citada por 26%), educação (citada por 23%) e drogas (citada por 18%). Ponderou que apesar de todos os avanços democráticos do Brasil as (os) jovens negros (as) correm mais risco. Afirmou que temos um país que encarcera muito, e de forma desproporcional, jovens e negros, e que o perfil predominante dos encarcerados é semelhante ao perfil dos jovens mortos: negros, do sexo masculino. Ressaltou que em 2013, 56.804 pessoas morreram no Brasil vítimas de homicídio - 68,2% das vítimas eram negras, dessas, 30.213 eram jovens entre 15 e 29, ou seja, 53,18 % do total, e 72,3% dos jovens assassinados eram negros. Entre 2002 e 2012, o número de homicídios de jovens brancos caiu 32,3%, enquanto a de jovens negros aumentou 32,4%. Ou seja, para cada jovem branco morto, 2,7 jovens negros foram assassinados. Ângela partilhou que o IVJD - Índice de Vulnerabilidade Juvenil e



Desigualdade Racial indica os territórios (estados e municípios) nos quais os jovens estão mais vulneráveis à violência e à desigualdade racial. Esse índice mede mortes violentas, situação escolar, emprego, pobreza, desigualdade social e diferença do risco de homicídios entre brancos e negros. Destacou que na Paraíba, o risco de um jovem negro ser morto é 13,4 vezes maior que o risco vivido por um jovem branco; em Pernambuco, 11,57; em Alagoas, 8,75, e que a média brasileira é de 2,7. Afirmou ainda que os jovens também representam 54,8% da população encarcerada, ou seja, 266.356 jovens estavam presos em 2012. O total de 60,8% da população carcerária era negra, em 2012, ou seja, 295.242 negros. O perfil predominante dos encarcerados é semelhante ao perfil dos jovens mortos: negros, do sexo masculino.

Quanto ao Programa "Juventude Viva" (1ª Fase): Apresentou o Plano enquanto uma ação de prevenção à violência contra a juventude negra através da realização de ações em territórios vulneráveis (142 municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra), que conta com a participação de 11 Ministérios, com oferta de 44 programas e ações pactuadas. Lembrou que o plano é efetivado a partir de adesões de estados e municípios, sendo que já aderiram voluntariamente ao plano os estados deRio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe. Também aderiram Alagoas, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, além do Distrito Federal e da capital de São Paulo. Além disso, existem46 municípios com adesões pactuadas. Relatou que são eixos estruturantes do Programa a desconstrução da Cultura de Violência; a inclusão, a oportunidade e garantia de direitos; a transformação de territórios; e o aperfeiçoamento institucional. Apresentou as seguintes realizações: Campanha Juventude Viva em âmbito nacional; Rede Juventude Viva com mais de 3000 cadastrados, mais de 1000 instituições; Acompanhamento Legislativo (PL 4471/12, PL 3722/12, PEC 171/93, CPIs, etc) e Participação no Protocolo de Redução de Barreiras de Acesso à Justiça aos Jovens Negros em Situação de Violência.

Quanto às Pautas da Juventude Brasileira: Destacou que é preciso garantir o direito à fruição do espaço público: cidades conectadas, seguras, sustentáveis, com espaços públicos de convivência e mobilidade acessível, ágil e de baixo custo. Apresentou como pautas prioritárias da juventude: (i) Acesso à moradia digna; (ii) Direito à mobilidade



urbana e livre circulação; (iii) Espaços Públicos de convivência, lazer e fruição cultural;

(iv) Ampliar o acesso a internet gratuita e de banda larga; (v) Ampliar o acesso à fruição

de bens culturais na cidade e no campo, e (vi) Incentivar a produção cultural juvenil, em

especial nas periferias urbanas.

Quanto aos Caminhos de oportunidades:

- Trabalho decente e Renda:Compartilhou que está sendo construído um Plano

nacional de trabalho decente para Juventude e continuidade dos programas de educação,

a fim de dar respostas aos dilemas como qualidade do ensino público, a inserção

protegida e em trabalhos decentes, e oportunidades de geração de renda a partir de

empreendimentos autônomos. Nesse sentido apontou como pautas prioritárias: (i)

Enfrentamento à inserção precária e alta rotatividade; (ii) Incentivo à economia solidária

e ações para de geração de renda; (iii) Enfrentamento à desigualdade entre homens e

mulheres, brancos e negros no mundo do trabalho; (iv) Criar condições para uma

adequada conciliação trabalho-estudo; (v) Dar visibilidade ao trabalho doméstico

(remunerado e não-remunerado) e à dupla jornada de trabalho.

- Educação: Defendeu a garantia de uma educação de qualidade, articulada às

demandas e à realidade do jovem, que incentive a construção da autonomia, com

diversidade de linguagens. Para a educação colocou como pautas prioritárias: (i) Ensino

Médio: repensar seu papel e estrutura curricular; (ii) Ensino Profissional: incidir sobre a

elaboração de suas diretrizes e formas de acesso; novas cadeias produtivas (inovação e

desenvolvimento).

Após a fala da presidenta do Conselho Nacional de Juventude, o coordenador da

mesa Alersson Teixeira ressaltou que houve avanços importantes na construção da

Política Pública de Juventude, que desde seu início foi pautada a partir da participação

social. Lembrou que ter instrumentos de participação assegurados também é um avanço.

Destacou o Plano Nacional de Juventude que traz um retrato sobre a realidade da

juventude negra, ponderando que existe um número considerável quanto à mortalidade

da juventude negra no Brasil, e lembrou que Pernambuco é o 3º estado que mais

matajovens. Apontou que há um desafio colocado que é a implementação das Políticas



Públicas de Juventude com o recorte racial, de forma a tratar o racismo como viés estruturante na sociedade brasileira.

Na sequência, a Gerente de juventude da cidade do Recife Camila Barros assinalou que os debates vêm para amadurecer o processo de participação. Considerouo painel bastante significativo e destacou que a Política Pública de Juventude vem sendo discutida há pouco mais de dez anos, e cada avanço são legados dos coletivos, grupos e movimentos. Quanto à caracterização da juventude recifense, Camila apontou que no Recife existem 407 mil jovens, significando 26% da população do município, ressaltou o desafio da gestão pública em dialogar e aprender junto com a juventude, conhecer a juventude recifense e suas demandas. Quanto à estrutura da Política de Juventude no Recife, Camila registrou que existe uma gerência da juventude, que não tem o papel de executar todas as políticas, mas tem a tarefa de articula-las. Apresentou os avanços na PPJ na cidade do Recife, bem como a intencionalidade de legado da gestão municipal para o decênio 2015-2025, a saber: Posse do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude do Recife; Seminário para formação de Conselheiros(as); Passe Livre; Formação Profissional; PROUNI Recife; III Conferência de juventude; Plano Municipal de Juventude (em processo de construção). Por fim, reiterou o compromisso da gestão com a construção do Plano Municipal, e avaliou que o maior desafio, para além dos marcos legais, é a questão do extermínio da juventude negra, sobre os qual convidou a juventude a pensar estratégias conjuntamente. Assinalou que a juventude está marcada para morrer, por estar dentro de um território, e em função de sua identidade racial.

A última fala da mesa foi a de Eliedson Machado que expressou sua gratidão em poder falar com os jovens do Recife de igual para igual. Retomou alguns processos de participação que foram construídos, sobretudo, pela sociedade civil, resgatando experiências anteriores às conferências. Eliedson lembrou de duas edições dos Seminários Nacionais de Juventude, enquanto espaços de participação da sociedade civil, ressaltando um período de maior dificuldade para construção das pautas, onde a juventude viajava dois dias de micro-ônibus à Brasília para discutir a Política Pública de Juventude. Reiterou sua crença de que o contexto de mobilização no Recife deve se dar a partir do que tem sido construído nas periferias, refletindo de forma fundamental nos



processos de construção da Política Pública de Juventude. Disse acreditar nos grupos de futebol de várzea, nos grupos que se reúnem para fumar maconha, nas expressões do hip hop que também se organizam de algum modo. Refletiu que os avanços apontados por Ângela não surgiram por acaso, e nem por mérito de governo X ou Y, e sim pela vontade do povo e mobilização popular. Compartilhou que na última conferência nacional existia a questão do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que hoje está entre as cinco prioridades. Defendeu a importância da ocupação dos espaços de diálogo e da articulação das juventudes. Retomouque houve aprovação de um documento sobre o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente nas duas edições da conferência nacional de juventude, com pouquíssimas alterações no texto. Sobre a construção do Plano Municipal de Juventude do Recife, Eliedson refletiu que não adianta o poder executivo pegar os dados, ir aos territórios, sem que haja um empenho do legislativo municipal para aprovar o Plano. Por fim, destacou a importância da representatividade no espaço do conselho, entendendo que é uma construção paulatina e de conquista, e que a consolidação da Política Pública de Juventude no país só vai se dar quando as bases e movimentos recobrarem sua atuação de cobrança aos governos.

Considerações da Plenária:

Flávia:Recuperou a recente chacina na cidade de Osasco, onde jovens negros foram mortos pelo simples fato de serem jovens, negros e de periferia. Propôs que a Conferência aprove uma moção de repúdio à polícia pela chacina em São Paulo. Refletiu que há um problema grave no Brasil que é o genocídio da juventude negra, lembrou que em Pernambuco existe uma Comissão na Assembleia Legislativa, e defendeu que é o momento de definir medidas que cessem isso. Ressaltou que a democratização do acesso à educação através de cotas foi um processo de muita luta, e que é preciso mexer na estrutura do Estado que é racista, que tem polícia violenta e não consegue lidar com racismo institucional. Quanto ao Programa do estado "Pacto pela vida", questionou a quais vidas se refere, apelou que os planos municipais de educação devem ter como objetivo a superação do racismo, a universalização do ensino. Denunciou que o plano em Recife foi golpeado, rasgado e não foi apresentado no seu Informações: cmppi.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



texto original à câmara de vereadores do Recife. Defendeu que a aplicação da Lei

10.639 é fundamental pra mexer na estrutura das escolas que são racistas, que tiram o

povo da história oficial. Quanto ao PROUNI municipal ponderou que a iniciativa

garante que o estudante tenha acesso ao ensino superior, mas considerou complicado

debater PROUNI municipal uma vez que se usa recurso do município para o ensino

superior, entendeu que democratizar o acesso ao ensino superior não pode tirar direito

de creche e investir na iniciativa privada, que é tão somente financiamento público de

campanha.

José Alberto (Campanha Nacional pelo Direito à Educação): Ressaltou a importância

de se conhecer de fato a responsabilidade de cada ente federativo. Defendeu a ideia de

que o município precisa criar sua referência quanto a um programa federal, mas

reconheceu outros desafios no município que não podem ficar sem respostas. Lembrou

que na realidade muitos municípios estão fechando escolas, ponderou que a crítica não é

desmerecendo o PROUNI municipal, mas de denuncia a violação de outros direitos.

Defendeu que é preciso pensar o que está proposto para o Sistema Nacional de

Juventude, e pensar no Sistema Municipal de Juventude, em como aproveitar o elo com

o legislativo e em quais propostas a Câmara de vereadores pode ser uma aliada do

Conselho de juventudes.

Romildo: Defendeu que a conferência precisa discutir o que deve avançar, e o que já foi

conquistado não tem que ser colocado em pauta.

Flor (União dos Estudantes de Pernambuco): Destacou que quando se fala da Política

Pública de Juventude, se fala diretamente da aprovação do Estatuto das juventudes.

Defendeu que existe um desafio grande de enfrentar o conservadorismo da Câmara dos

deputados, a fim de pôr em prática o que está no Estatuto. Lembrou o genocídio da

juventude, da grande quantidade de jovens que sofre todos os dias e estão encarceradas

dentro das suas comunidades. Ponderou que para os estudantes municipais o PROUNI é

muito importante, avaliou que o discurso conservador defendeu que esse era um

programa de repasse de dinheiro para o setor privado, mas tem dados que mostram o

acesso dessa juventude da periferia à universidade. Argumentou que é preciso pensar

em conjunto, pensar no ensino básico e também no ensino superior.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



Thauany (UJS – União da Juventude Socialista): Ressaltou que a oportunidade do

crescimento demográfico foi aproveitado para fazer a lei que reconhece a juventude

com o presente do Brasil e defendeu que é preciso tirá-la do formato delei para virar

realidade, em função do embate que existe no Congresso Nacional e na sociedade.

Evidenciou que a Conferência é um marco político para se disputar a concepção de

educação e de juventude. Defendeu que a conferência aprove uma moção de apoio ao

direito à diversidade dentro da escola. Avaliou que o PROUNImunicipal significa

entender que o município também é responsável por sua juventude. Argumentou que o

PROUNI federal possibilitou a inclusão de mais de um milhão de jovens nas

universidades, o que deve se repetir no Recife, que tem um número ainda pequeno (250

vagas), mas é o início de uma ação para colocar jovens negros, da periferia e oriundos

do ensino público dentro da universidade.

Filipe: Ressaltou a importância do pacto federativo. Defendeu que haja escolas e cursos

superiores disponibilizados pela prefeitura, apoio à iniciativa do governo municipal em

dispor de vagas no ensino superior, entretanto, que seja na universidade pública.

Argumentou que antes de pensar na universidade, o município precisa cuidar da tarefa

do ensino básico e fundamental.

Janaina Ferraz(Centro Sabiá): Refletiu sobre a responsabilidade de representar a

juventude que se articula nas ações do Centro Sabiá. Questionou Ângela sobre como se

estrutura, na prática, o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, e à Camila como

o Plano Municipal pretende dialogar com os diferentes segmentos juvenis e outros

setores da sociedade.

Jaqueline Soares: Refletiu sobre duas questões: (i) sobre o financiamento dos

programas voltados para população jovem que não tem prioridade. Avaliou que o

Recife é uma cidade rica que construiu relações há dez anos com grupos que hoje estão

capengando sem financiamento. (ii) sobre o Plano Juventude Viva questionou se para

além de Recife, Jaboatão e Olinda existe perspectiva da discussão do Plano em outros

municípios. Argumentou que é preciso superar a questão do extermínio da juventude

negra, e isso tem a ver com o pacto, e o que se prevê como ação efetiva.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Michel Platini: Depôs que não viu nenhuma citação ao jovem surdo, cego e cadeirante.

Lembrou que houve intérpretes, mas na construção da Política Pública de Juventude não

se fala sobre acessibilidade estrutural e física. Questionou se no Plano Nacional tem

algo previsto para juventude com deficiência.

Jairo (Presidente da UMES - União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas):

Defendeu que no momento da crise politica e econômica é preciso debater as conquistas

para entender os desafios e manter os avanços. Reiterou que a conferência precisa

apontar caminhos de construção de instrumentos de participação, que a resposta precisa

ser que a juventude precisa estar nas escolas e não nas cadeias. Argumentou que é

preciso valorizar e consolidar espaços de formação da juventude.

Considerações finais da mesa:

Após as intervenções da plenária, Eliedson Machado refletiu que sobre o

extermínio da juventude negra não existem estudos que falem sobre a quantidade de

jovens, mulheres, que moram em aglomerados subnormais. Muito se justifica que o

extermínio relacionado ao uso da droga ou envolvimento com o tráfico, mas esse não é

o único aspecto a se analisar. Compartilhou que no lançamento da frente parlamentar do

extermínio da juventude negra na Assembleia Legislativa de Pernambuco houve ato a

favor da descriminalização da maconha, que é outro viés do extermínio. Refletiu que,

além disso, a mídia que explora a imagem da mulher, também criminaliza e negligencia

a cultura popular de maneira mais direta. Analisou que esse não é um fenômeno que vai

ser resolvido apenas na Câmara dos vereadores ou na Assembleia Legislativa, mas é um

processo em cadeia.

Posteriormente, Ângela Guimarães relembrou a realização de uma comissão

parlamentar de inquérito (CPI) para investigar causas e consequências da violência

contra jovens negros e pobres, se arriscou a dizer que foi uma das poucas pautas

avançadas realizadas pela Câmara dos Deputados, uma vez que detectou questões que a

sociedade civil já falava: que vivemos uma espécie de epidemia da violência e que o

racismo é estruturante nesse extermínio. Avaliou como importante esse posicionamento,



uma vez que se trata de algo sistemático, e precisa de enfretamentos de fundo, além disso, as recomendações da CPI são todas em forma de projetos de lei e emendas na constituição, passando a responsabilidade à Polícia federal sobre a investigação aos grupos de milícia. Destacou que é preciso acompanhar e fiscalizar a ação do legislativo e do executivo nesses homicídios, e que o Governo federal está em processo de lançamento de uma segunda etapa do JUVENTUDE VIVA, com uma meta de reduzir em 5% o número de homicídios a cada ano, até 2019. Ponderou que cabe fazer uma parceria com o Ministério Público para fins de monitoramento dessas leis. Sobre a efetivação do Estatuto da Juventude disse que tem se tentando efetivá-lo por meio da construção do Plano Nacional de juventude, que deverá ser um plano de ação que vai dizer onde a juventude quer chegar em relação aos direitos, e quais mecanismos vão ser utilizados além dos que já existem. Defendeu que a ideia é tornar o Estatuto concreto e real, com metas para os próximos anos e responsáveis em cada um dos entes federados. Reafirmou que no contexto de ofensivas aos direitos é preciso comemorar o que foi alcançado.Quanto ao Plano Juventude e Meio ambiente disse estar articulado ao Plano Nacional que foi trabalhado em um grupo interministerial e não foi institucionalizada por conta da fragilidade das propostas. Pontuou que existe uma articulação com o Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Meio Ambiente a fim de submeter o material na Conferência Nacional e institucionalizar o Programa e o Plano. Enfatizou que o que se construiu é muito frágil, e que no processo do Grupo de Trabalho se avançou para tirar a temática da juventude e meio ambiente da 'caixinha' da educação ambiental. Sobre o Plano Juventude Viva reiterou que está sendo formulada uma nova etapa, articulando um conjunto de ministérios e 44 ações pra estruturar uma política. Disse que têm feito o exercício de exemplificar como dialogar com o Estado de forma permanente: a criação de um aplicativo (#3ConJuv.) enquanto espaço de integração e interação para fortalecimento da Política Pública de Juventude, e o 'Dialoga Brasil', que servirá de contribuição para as diretrizes dos próximos quatro anos. Encerrou sua fala sugerindo que a juventude ouse propor outros mecanismos de participação.

Finalizando o painel temático, Camila Barros destacou que sobre o diálogo e a intersetorialidade para o Plano Municipal de Juventude se tem trabalhado na reativação do Comitê Intersetorial. Quanto ao Programa Juventude Viva lembrou que precisa ser Informações: cmppi.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556



feito por adesão, nesse sentido, diz que existe um diálogo em curso entre o Recife e a Secretaria Nacional.Enfatizou que a conferência é o primeiro momento de diálogo amplo entre a sociedade civil e a Gerência de Políticas Públicas de Juventude, nesse sentido, avaliou que construir e dialogar com as diferenças é o que faz avançar e crescer, sem fugir dos papeis enquanto gestão pública e sociedade civil.



2.4. Grupos de Trabalho

A programação da III Conferência Municipal de Juventude contou com um

momento para o trabalho em grupo, oportunizando o debate nas especificidades

temáticas e, por conseguinte, na elaboração de propostas mais direcionadas.

Para este momento, com a intenção de analisar a efetividade dos processos de

participação das juventudes e a capacidade de resposta do poder público, foram

recuperadas as propostas aprovadas na II Conferência Municipal de Juventude e

apresentadas como base para revisão e discussões nos grupos. Além delas, houve a

opção de recorrer aos debates anteriores nas etapas preparatórias de pré-conferências,

destacando as propostas apresentadas nas RPAs, mesmo considerando que este

momento não tinha a intenção de elaborar e encaminhar proposições.

Assim, como documento preliminar, foi organizado um Caderno de Propostas,

dividido nos 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude, separando-as em propostas

da II Conferência Municipal de Juventude e das pré-conferências relacionadas à III

Conferência Municipal.

Os participantes da III Conferência Municipal (delegados, observadores e

convidados) foram distribuídos em oito grupos de trabalho, responsáveis por discutir

sobre os 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude. Entre os grupos de trabalho, três

ficaram responsáveis em apresentar propostas relacionadas a dois direitos.

Os grupos deveriam apresentar, no máximo, dez propostas acerca de cada um

dos 11 direitos, preferencialmente por ordem de importância, prioridade. Cada grupo foi

soberano na escolha das propostas.

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAR

2.5. Aprovação de Propostas

Dando sequência aos trabalhos dos grupos, todas as propostas elaboradas foram apresentadas e aclamadas em plenária. A III Conferência Municipal de Juventude aprovou 101 propostas.

QUADRO SÍNTESE DAS PROPOSTAS APROVADAS

Direitos Previstos no Estatuto da Juventude	Nº de
	Propostas
	Aprovadas
Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil	06
Educação	11
Diversidade e à Igualdade	05
Saúde	10
Cultura	10
Desporto e ao Lazer	10
Comunicação e à Liberdade de Expressão	09
Profissionalização, ao Trabalho e à Renda	10
Território e à Mobilidade	10
Sustentabilidade e ao Meio Ambiente	10
Segurança Pública e ao Acesso à Justiça	10



Propostas aprovadas

Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil		
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude	
1	Criar canais de diálogo entre a juventude e a gestão pública tanto na internet	
	(redes sociais, rádios online, aplicativos, software livre), quanto em organizações	
	já existentes nas comunidades para garantir a participação individual e/ou	
	coletiva dos(as) jovens.	
2	Garantir o diálogo da juventude com a população através de mecanismos	
	convidativos (teatro, dança, poesia, música), considerando que esses mecanismos	
	não são apenas entretenimento, mas também uma forma de participação social.	
3	Realizar ações permanentes com as comunidades através de fóruns	
	microrregionais, sob responsabilidade da Secretaria de Juventude, com o objetivo	
	de consolidar o Estatuto da Juventude, considerando as especificidades na	
	construção das Políticas Públicas de Juventude.	
4	Criar um calendário anual com reuniões públicas trimestrais na qual Secretaria da	
	Juventude, Conselho de Juventude e Câmara Municipal apresentem relatórios de	
	execução e acompanhamento de projetos, propostas e ações realizadas em prol	
	das juventudes.	
5	Realizar ações que considerem as necessidades específicas e potencialidades de	
	cada região e bairro, por meio de espaços de referência para a juventude nas	
	periferias, que possibilite a educação do(a) jovem como sujeito de direito na	
	perspectiva emancipatória, considerando cooperação intergeracional.	
6	Garantir a reserva de vagas para jovens entre 15 e 29 anos, em quantidade	
	proporcional a representação juvenil no município, nos cargos de representantes	
	(delegados e delegadas) em espaços de participação direta da sociedade, como o	
	Orçamento Participativo e o Recife Participa, garantindo que a representação da	
	juventude seja legítima e qualitativa.	



Ordem Propostas III Conferência Municipal de Juventude 1 Garantir a ampliação do passe livre, atendendo os (as) estudantes cotistas e do PROUNI municipal. 2 Maior investimento na educação (material pedagógico acessível, jogos e programação no contra turno escolar assim como a efetivação das leis 10639/2003 e 11645/2008. 3 Requalificação e construção de mais bibliotecas nas comunidades, com acervo que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e 11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010. 4 Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. 5 Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. 5 Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. 6 Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre. 7	Direito à Educação		
PROUNI municipal. Maior investimento na educação (material pedagógico acessível, jogos e programação no contra turno escolar assim como a efetivação das leis 10639/2003 e 11645/2008. Requalificação e construção de mais bibliotecas nas comunidades, com acervo que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e 11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010. Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude	
PROUNI municipal. Maior investimento na educação (material pedagógico acessível, jogos e programação no contra turno escolar assim como a efetivação das leis 10639/2003 e 11645/2008. Requalificação e construção de mais bibliotecas nas comunidades, com acervo que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e 11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010. Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	1	Garantir a ampliação do passe livre, atendendo os (as) estudantes cotistas e do	
programação no contra turno escolar assim como a efetivação das leis 10639/2003 e 11645/2008. Requalificação e construção de mais bibliotecas nas comunidades, com acervo que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e 11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010. Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		PROUNI municipal.	
Requalificação e construção de mais bibliotecas nas comunidades, com acervo que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e 11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010. Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	2	Maior investimento na educação (material pedagógico acessível, jogos e	
Requalificação e construção de mais bibliotecas nas comunidades, com acervo que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e 11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010. Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		programação no contra turno escolar assim como a efetivação das leis	
que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e 11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010. Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		10639/2003 e 11645/2008.	
Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	3	Requalificação e construção de mais bibliotecas nas comunidades, com acervo	
Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		que contemplem as juventudes com deficiência, cumpram as leis 10639/2003 e	
LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei 10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		11645/2008 e garantam a efetividade da lei 12244/2010.	
10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	4	Incluir no projeto político pedagógico ações que combatam bullying, racismo,	
na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e código braile. Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		LGBTfobia, intolerância religiosa e o machismo. Garantir o cumprimento da lei	
Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		10639/2003 que determina o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, incluir	
Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		na grade curricular municipal de ensino o ECA, Língua brasileira de sinais e	
Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		código braile.	
culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	5	Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos Projetos Políticos	
culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo. Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		Pedagógicos, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios	
Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como	
municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		um todo.	
deficiência. Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	6	Melhorar a qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do	
Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		municípios e realizar a devida adequação desses meios para jovens com	
estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		deficiência.	
acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	7	Incentivar e consolidar o conselho escolar garantido a participação dos/as	
acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.		estudantes, fomentando o diálogo com toda comunidade escolar, com objetivo de	
		acompanhar e construir o aprendizado dos estudantes e incentivar a construção de	
Capacitar os profissionais de educação na perspectiva dos estatutos da juventude		grêmios estudantis cumprindo a lei 7398/85 do grêmio livre.	
	8	Capacitar os profissionais de educação na perspectiva dos estatutos da juventude	
8 e da criança e do adolescente, garantindo as questões de identidade, gênero e		e da criança e do adolescente, garantindo as questões de identidade, gênero e	
raça.		raça.	
9 Implantação de equipes psicossociais nas escolas da rede municipal de ensino do	9	Implantação de equipes psicossociais nas escolas da rede municipal de ensino do	



	Recife.
10	Garantir espaço Pedagógico e equipe técnica nas escolas, para realizar atividades com os (as) filhos (as) de jovens estudantes, incluindo o horário noturno e ampliar o número de vagas e creches no município do Recife.
11	Oferecer componente curricular obrigatório sobre estudos de gênero nas escolas municipais, a fim de formar jovens consciente e abertos a inclusão e aceitação da diversidade (orientação sexual ou identidade de gênero).



Direito à Diversidade e à Igualdade	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
1	Garantir a participação dos jovens oriundos dos povos de comunidades tradicionais nos espaços de discussão sobre Políticas Públicas, a fim de contemplar no plano municipal suas necessidades especificas e desse modo garantir a aplicação do decreto 6040/07, e lei 10639/03.
2	Realizar ações de combate a LGBT fobia, racismo, intolerância religiosa, violência contra a mulher e descriminação de classe.
3	Pautar inclusão de gênero e sexualidade no combate a violência contra jovens.
4	Incluir os jovens com deficiência nos espaços sociais, culturais e de lazer garantindo a acessibilidade comunicacional e arquitetônica, compreendendo a diversidade e autonomia desse segmento social.
5	Adesão do município do Recife ao Plano Juventude Viva e implementar politicas publicas para juventude negra garantindo o orçamento nas PPA,LOA E MPO.



Direito à Saúde	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
	Ampliar, (re)qualificar, garantir e potencializar a atuação dos Consultórios de Rua, consultórios na rua e o atendimento dos CAPS - Centro de Atenção
1	psicossocial e CAPS-AD- Centro de Atenção psicossocial - Álcool e outras
	Drogas, com vistas a possibilitar o melhor atendimento humanizado às especificidades das juventudes.
	Promover ações intersetoriais das secretarias de saúde, educação, juventude e
2	qualificação profissional, na inclusão de usuários(as) dos CAPS, CAPS-AD no
	programa PROUNI Recife e programas de acesso e assistência a universitários.
	Instituir a Semana Municipal de Atenção Integral a Saúde dos(as) Jovens, visando a prevenção, promoção de saúde com ações intersetoriais das secretarias
	de saúde, educação, emprego e renda, juventude e qualificação profissional e
3	esporte, turismo e lazer, desenvolvimento social e direitos humanos na
	priorização do acesso, a ser comemorada na segunda semana de agosto (em
	alusão ao dia internacional da juventude).
	Qualificar e promover educação permanente e continuada aos profissionais das
	áreas da saúde, educação, assistência social, direitos humanos, comunicação,
4	justiça e segurança, nas temáticas voltadas a atenção integral a saúde dos(as)
	jovens, destacando as perspectivas de gênero, recorte racial, orientação sexual,
	saúde mental e da pessoa com deficiência.
5	Promover ações e estratégias de enfrentamento às doenças e agravos mais
	prevalentes na juventude negra do Recife.
	Qualificar e sensibilizar os profissionais da rede de saúde com vistas a melhorar o
6	acolhimento e acompanhamento de mulheres jovens vitimas de violência
	domestica e a garantia da notificação dos casos, e de acompanhamento
	psicosocial adequado.
7	Fortalecer o direito e o respeito das travestis e dos(as) transexuais ao uso do nome social nas unidades de saúde.



8	Realizar ações preventivas na área de saúde adequada a realidade da juventude,
	intensificando campanhas de prevenção e promoção, visando o enfrentamento das
	DSTS/AIDS e hepatites virais, racismo institucional na saúde, gravidez na
	adolescência, direitos sexuais e reprodutivos, questões de gênero, orientação
	sexual, do uso abusivo de álcool e outras drogas, com utilização dos meios de
	comunicação, principalmente as novas mídias sociais, como instrumentos de
	formação do jovem no que diz respeito à saúde integral.
9	Garantir atendimento de psicoterapia individual da atenção básica de saúde
	aos(as) jovens em situações de violências.
10	Instituir financiamento e custeio de ações de atenção integral a saúde dos(as)
	jovens (15 a 29 anos)



Direito à Cultura	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
	Criar polos culturais com apresentações artísticas, mensalmente, em cada RPA,
1	obedecendo ao rodízio entre as microrregiões e grupos, organizações e coletivos
	de jovens que fazem cultura, patrocinados pela prefeitura quanto à infraestrutura
1	(palco, equipamento de som e luz, toldo, fechamento da rua e segurança),
	remuneração com vista ao incentivo a autosustentabilidade, ampla divulgação e
	cadastramento dos grupos que se apresentarão.
	Garantir que as escolas entendam a cultura e a arte como elementos fundamentais
	na construção pessoal e social do(a) jovem, oferecendo em seu contra turno
2	projetos de atividades como: teatro, danças populares, produções de áudio visual,
2	fotografia, pintura, entre outras, executadas por educadores(as) capacitados(as)
	nos respectivos segmentos vinculados a grupos culturais,incentivando a criação
	de projetos musicais, como orquestra jovem na comunidade.
	Fortalecimento das políticas públicas já existentes que incentivam o acesso
3	dos(as) jovens aos espaços de cultura e arte (teatros, museus, musicais,festivais) e
3	principalmente aos espaços nas próprias RPA's, sendo elas meia entrada
	garantida e passe livre que garanta o direito a locomoção até a cultura.
	Garantir e fiscalizar nas escolas públicas, o ensino da disciplina da história da arte
4	e da cultura afro descendente, tendo como princípio a instrumentalização das
'	expressões culturais (capoeira, hip-hop, maracatu, entre outros) enquanto
	ferramenta didática pedagógica.
5	Reivindicar a reativação e garantir a implementação do edital do sistema de
	incentivo a cultura do Recife-SIC, fortalecendo o fomento da produção cultural.
	Ofertar atividades culturais, articulando as associações de bairro e coletivos a
6	partir da criação de centros de Referência Cultural de Juventude em cada RPA,
	com o objetivo de fortalecer os grupos culturais organizados e sociedade civil
	como um todo que deverão envolver trabalhos de formação em cultura, política,
	educação, geração de renda e cidadania, incentivando a formação de novos(as)



	jovens produtores(as) culturais na cadeia produtiva como um todo.
7	Construção de novos espaços públicos para a prática do lazer, cultura e esporte, e também a manutenção permanente desses espaços e revitalizar os já existentes, respeitando o espaço como difusão cultural com palcos e conchas acústicas para apresentações culturais, dando oportunidade para os(as) artistas locais da comunidade.
8	Criação de uma nova Lei de incentivo à cultura e editais direcionados ao público jovem, com dotação orçamentária do município e participação do Conselho de Cultura e do Conselho de Juventude; em especial no que toca à realização de primeiras obras, com o intuito de possibilitar a fundação, capacitação e manutenção de produções culturais de cunho educativo, artístico, recreativo priorizando as expressões culturais afros descendentes, indígenas, de mulheres e periféricas.
9	Construir casas do hip-hop (break, grafite, Mc e DJ) em cada RPA, garantindo as dimensões educativa, cultural, de lazer e formação profissional.
10	Criar centros de Referência Cultural de Juventude, com o objetivo de fortalecer os grupos culturais organizados e sociedade civil como um todo, que deverão envolver trabalhos de formação em cultura, política, educação, geração de renda e cidadania.



Direito ao Desporto e ao Lazer	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
	Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio social, como
	praças, quadras, campos, pistas de Skate, equipamentos esportivos adaptados nos
1	bairros de periferia, pelo menos uma por micro regiões garantindo que esses
	espaços obedeçam às normas federais de acessibilidade e propiciem a ampla
	participação de pessoas com deficiência.
	Programa voltado para a conscientização em prol do fim da violência nas torcidas
2	organizadas, não na perspectiva de acabar com essa manifestação juvenil, mas de
	identificar as raízes da violência e combatê-la.
	Programa de incentivo à pratica de esportes em micro regiões para jovens
3	mulheres entre 15 a 29 anos, afim de diminuir a desproporção que existe entre
	homens e mulheres que praticam esportes e combater a desigualdade de gênero.
4	Criar um programa municipal de apoio aos jovens atletas de rendimento com
	atenção as modalidades olímpicas e paraolímpicas.
5	Democratização e desburocratização dos espaços públicos já existentes para
3	garantir o uso pela juventude.
6	Criar política de recursos humanos para valorização de profissionais que atuam
	como arte educador e agente social de esporte, lazer e cultura nas microrregiões.
7	Desenvolver atividades sistemáticas esportivas, de lazer e cultura nas ruas,
7	praças, e outros espaços públicos da cidade, pelo orçamento da PCR.
	Garantir o financiamento de jovens recifenses em torneios e campeonatos
8	nacionais, estaduais, interestaduais e internacionais para os jovens atletas
	independente do esporte ou atividade cultural praticada.
9	Criar o plano municipal de esportes e lazer com a participação popular e da
7	juventude em todas as microrregiões.
10	Criar o conselho municipal de esportes e lazer com a participação juvenil.



Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
	Fomentar em escolas públicas do Recife a criação de rádios e jornais
1	informativos, dirigido por estudantes, garantindo sua manutenção. De acordo com o artigo 25, da Lei N: 12.287/2010.
	Destinação de parte do orçamento da Secretaria de Imprensa para a promoção do
2	Direito à comunicação dos coletivos da juventude, por meio de rádios
2	comunitárias, mídias digitais e rádio difusão, priorizando também formatos que
	atendam pessoas com deficiência.
	Concursos e mostras de produções audiovisuais na área de Direitos da juventude.
3	Baseados no Estatuto da Juventude, lei 12.857/2013 com o intuito de publicizar o
	conteúdo do Estatuto e valorizar a juventude recifense produtora de conteúdo.
	Criação de laboratórios de comunicação, nas escolas municipais ou centros
4	comunitários, como espaços para produção de conteúdo audiovisual e
	oferecimento de oficinas de escrita, fotografia, vídeo. No contra turno escolar e
	nos fins de semana para atender os estudantes e jovens que trabalham.
5	Que os jovens com deficiência possam ter acessibilidade comunicacional em
	eventos, plataformas de comunicação e ações da gestão pública.
6	Implantar nas escolas públicas, aos fins de semana, cursos de comunicação,
	música, dança, etc. em todas as microrregiões.
7	Criar em comunidades sociais um espaço onde possam além do lazer, ter uma
,	aprendizagem sobre comunicação, liberdade de expressão e direitos da juventude.
8	Criar o plano municipal de comunicação com a participação da sociedade civil
	organizada e da juventude em todas as microrregiões.
9	Criar o conselho municipal de comunicação e liberdade de expressão com a
	participação juvenil.



Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
	Investir na qualificação profissional e formação continuada para os professores
	(cursos profissionalizantes e técnicos em geral), atendendo com equipamentos e
1	materiais adequados aos cursos e todos os jovens que a eles frequentam,
	considerando carga horária exigida pelo mercado de trabalho e itinerário
	formativo para a juventude.
	Garantir por força de Lei Municipal que empresas localizadas no município do
2	Recife tenham, no mínimo, 20% das suas vagas disponibilizadas para jovens sem
	experiência profissional.
3	A escolha dos cursos profissionalizantes a serem oferecidos nos bairros precisa
3	ser previamente dialogada com as juventudes das comunidades.
	Todo e qualquer curso profissionalizante oferecido pelo poder público precisa
4	garantir condições, estruturas materiais (adaptado para pessoas com deficiências)
7	para o ensino e aprendizado, além de garantir certificado com qualificação para o
	exercício pleno da profissão.
	A distribuição dos cursos nos bairros deve ser melhor organizada para não haver
5	turmas esvaziadas enquanto outros cursos não conseguem atender a demanda por
	vagas.
6	Garantir acessibilidade e acompanhamento dos jovens com deficiência na
O	qualificação e empregabilidade.
	Garantir que 50% das vagas de estágios disponibilizadas pelo poder público
7	sejam ocupadas por alunos jovens de escolas profissionalizantes da rede
	municipal do Recife.
	Garantir merenda adequada ao público que frequenta os cursos
8	profissionalizantes, sendo assegurado o valor nutritivo, priorizando a culinária
	regional.
9	Estruturar uma política de valorização e acesso ao trabalho para os segmentos de
	juventude, como religiosos, índios, negros, LGBTs, quilombolas, ribeirinhos e



	pescadores.
10	Garantir a divulgação das vagas de emprego nos meios de comunicação: rádio, TV, jornal etc



Direito ao Território e à Mobilidade	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
1	Garantir a criação da gerência municipal da bicicleta como subpasta da Secretaria
	de Mobilidade e Controle Urbano.
2	Implantar ciclofaixas e ciclovias permanentes e arborizadas, com árvores nativas,
_	que ligue os subúrbios ao centro.
3	Ampliar as faixas exclusivas de ônibus, BRT e VLT e criação de estações
3	fluviais.
4	Garantir o cumprimento das leis existentes do direito à acessibilidade das pessoas
7	com deficiência na cidade do Recife.
5	Garantir a conclusão do plano de mobilidade do Recife e a prestação de contas do
3	que já foi realizado.
6	Garantia de um plano de intermodalidade na cidade do Recife, funcionando todos
	os dias da semana, com bilhetagem única.
7	Garantia da educação no trânsito para os ciclistas, a partir de oficinas temáticas
/	nas RPAs e nas escolas.
	Garantir transporte público, ilimitado gratuito e de qualidade para juventude,
8	assegurando o direito constitucional de ir e vir, no trabalho, na educação e no
	lazer.
0	Criar linhas de crédito e/ou gratuidade para os jovens poderem adquirir bicicletas,
9	patins, skate e seus equipamentos de segurança.
	Criação de casas de juventudes municipal por RPAs, que sejam centros de
10	sustentabilidade dentro das RPAs de caráter formativo, fomentando a inovação e
	geração de renda.
9	Garantir transporte público, ilimitado gratuito e de qualidade para juventud assegurando o direito constitucional de ir e vir, no trabalho, na educação e r lazer. Criar linhas de crédito e/ou gratuidade para os jovens poderem adquirir bicicleta patins, skate e seus equipamentos de segurança. Criação de casas de juventudes municipal por RPAs, que sejam centros o sustentabilidade dentro das RPAs de caráter formativo, fomentando a inovação



Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
1	Fiscalização e vigilância da juventude para com o que sobra da área preservada
1	do mangue e da mata Atlântica no Recife
2	Garantir a institucionalização dos coletivos jovens de meio ambiente (COM
2	VIDA, Agenda 21 Recife, entre outros a se somar ao movimento)
3	Garantir assento juvenil nos conselhos (CDU, COMAM, entre outros)
4	Garantir educação e prática ambiental no parâmetro curricular, projeto político
	pedagógico e RPAs do Recife.
5	Ampla divulgação e efetivação dos planos de juventude e meio ambiente,
3	inclusive na quarta conferência de juventude.
6	Ampliação dos eco núcleos para todas as RPAs.
7	Disponibilizar cadastros e contatos dos participantes desta conferência para que
,	haja diálogo permanente voltado para educação socioambiental do Recife.
	Eventos da Fundação de Cultura da cidade do Recife, tanto próprios como
	patrocinados, exigir contrapartidas ambientais dos mesmos conforme acordo
8	assinado pelo prefeito Geraldo Júlio em agosto de 2013; com objetivo de
	distribuir mudas de árvores nativas gratuitamente e de forma ordenada assim
	como prestada conta em diário oficial.
9	Criar campanhas permanentes de incentivos à reutilização e reciclagem de
9	veículos cicláveis não poluentes.
10	Propor incentivos e descontos (exemplo IPTU) para as casas que separarem seus
	resíduos.



Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça	
Ordem	Propostas III Conferência Municipal de Juventude
	Priorizar ações de prevenção e enfrentamento à violência, em especial as baseadas
1	em atitudes discriminatórias, a exemplo de violência contra a mulher, negros(as) e
1	homoafetivo, construindo mecanismos e espaços para o desenvolvimento de uma
	cultura de paz.
	Capacitar os(as) agentes de segurança pública nos três níveis (municipal, estadual
	e federal), para abordagem e diálogo com as juventudes, efetivando o respeito às
2	diversidades (etnia/raça, sexo/gênero, cultura, origem nacional, orientação sexual,
2	idioma, religião, opiniões políticas, aptidões físicas, pessoas com deficiência,
	condições sociais ou econômicas) e aos(às) usuários(as) de substâncias
	psicoativas, como também garantir a atuação das corregedorias.
	Elaborar, aplicar e avaliar as medidas socioeducativas aplicadas aos(às) jovens em
3	conflito com a lei, monitorando-as a fim de reafirmar sua importância. Buscando
	ampliar as experiências exitosas e promovendo a implantação de novas ações.
	Elaborar e aplicar projetos que disseminem informações sobre o acesso a justiça
4	nas escolas em parceria com universidades. A exemplo da "Escola Legal"
	(Projeto do Tribunal de Justiça de Pernambuco).
	Os Conselhos Tutelares e os Centros de Referência em Assistência Social devem
	atuar de maneira mais efetiva junto às comunidades populares, realizando visitas
5	periódicas, a fim de identificar casos de vulnerabilidade e risco social de
	adolescentes e jovens, encaminhando os casos às varas e promotorias
	responsáveis pelas questões levantadas.
6	Promover ações nas escolas e comunidades, que visem à conscientização e
	identificação de relacionamentos abusivos buscando elucidar formas de combate
	aos mesmos. Além de expandir os serviços de prevenção a violência e abuso
	sexual da Secretaria da Mulher do Recife, com foco na Lei Maria da Penha.
7	Realizar concurso público para contratação de profissionais qualificados para



	atuação nos serviços sócio-assistenciais e da saúde para melhor atendimento aos
	jovens em situação de consumo abusivo de drogas e vulnerabilidade. Ainda nesse contexto estruturar, ampliar e dar condições funcionamento aos Centros de
	Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas – CAPS AD.
	Celebrar parceria dos serviços sócio-assistenciais da Prefeitura da Cidade do
8	Recife com a Gerência de Proteção a Criança e ao Adolescente, para agilizar o
	atendimento das demandas e encaminhamento dos casos, para crianças,
	adolescentes e jovens vitimas e infratores.
	Revogar Lei Estadual GPPV 15.458/2015, que garantem gratificações financeiras
9	ofertadas aos policiais cíveis e militares no âmbito do Programa Pacto pela Vida.
	(ESTADUAL!)
	Deixar claro nos termos da lei Nº 11.343/2006 (lei das drogas), diferenciar
10	usuários de traficantes. E de imediato legalizar o consumo, porte e posse
	maconha, contribuindo com a descriminalização dos usuários.
	(NACIONAL!)



2.6. Moções

Moção do Eixo 8

A conquista da democracia brasileira deve-se a uma série de enfrentamentos

sociais. Na época da ditadura militar, muitos jovens uniram-se para lutar contra a

opressão silenciadora do Estado nas escolas, nas universidades e principalmente nas

ruas.

As históricas lutas da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho, as

quais ainda hoje são necessárias, são essenciais à conquista das garantias devidas a todo

e toda trabalhador e trabalhadora. Essas lutas são realizadas principalmente nas ruas, nas

manifestações, nas paralizações.

A rua é espaço onde a sociedade civil pode reivindicar demandas e criticar

políticas, portanto, não há como negar ao povo o direito de ir às ruas.

Entretanto, o povo pernambucano corre um sério risco de perder a rua como

espaço político de manifestação de ideias e insatisfações. Recentemente entrou em

trâmite na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Projeto de Lei Nº 191 de 2015, de

autoria do Deputado Estadual Antônio Moraes (PSDB). O Projeto é vendido sob a falsa

ideia da regulação dos protestos de rua para a otimização da circulação urbana, quando

na verdade escancara uma imoral necessidade de calar o povo que luta por direitos. O

PL institui, entre outras medidas, um aviso prévio de três dias anteriores à manifestação,

e muitas de valores absurdamente arbitrários aos organizadores de protestos.

A apresentação deste projeto representaria um grande cerceamento ao direito de

livre manifestação, além de constituir uma ofensa a todos e todas que lutaram para que

as ruas fossem esse espaço de protestar e lutar por direitos.

Em contrapartida, à iniciativa do Deputado Antônio Moraes, vários movimentos

sociais e entidades da sociedade civil organizada construíram um projeto de lei para

regulamentar a ação policial nas manifestações e nas reintegrações de posse.

É notával que muitas vezes as autoridades policiais encontram-se despreparadas

para acompanhar cidadãos manifestantes, bem como para cumprir ordens de

reintegração de posse. Quem está nas ruas todos os dias sabe que essas duas ações

infelizmente envolvem grande violações de direitos humanos por parte da polícia. As

Informações: cmppj.recife@recife.gov.pe.br e 3355-2556

Políticas Públicas de Juventude POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAF



87

reintegrações de posse, de maneira específica, escancaram o descaso do Estado com a

questão da habitação. Isso porque populações marginalizadas buscam efetivar o direito

constitucional à moradia através de legítimas ocupações de imóveis abandonados, o que

acaba gerando uma reação violenta do próprio Estado, quando este despeja de maneira

truculenta os ocupantes.

Por isso a importância deste projeto, que é o primeiro de autoria dos movimentos

sociais a ser recebido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Pela garantia de livre manifestação e segura aos manifestantes e pelo respeito à

dignidade humana daqueles que reivindicam moradia nas ocupações, a juventude de

Recife se posiciona contra o Projeto de Lei Nº 191 de 2015 e manifesta total apoio ao

Projeto proposto pelos movimentos sociais.



Moção do Eixo 8

Dentro das discussões do Eixo de Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça da III Conferencia de Juventude da Cidade do Recife, percebeu-se que a abordagem truculenta da Policia Militar Pernambucana, principalmente no que diz respeito à juventude negra e periférica, é potencializada pelo Programa Pacto pela Vida.

A partir disso, é importante destacar que a Juventude do Recife se coloca contra esse programa. Pois, tal iniciativa é refletida na falsa ideia de que a segurança pública se dá a parir do encarceramento. Essa postura encarceradora é incentivada por um dos pontos do Programa: Uma política de bonificação a partir da quantidade de mandado de busca e apreensão de menores e mandado de prisão de maiores de idade (GPPV).

Sabendo disso, seria simplório definir como truculenta apenas a ação da polícia, tendo em vista que esta representa o braço armado do Estado, o qual chega à periferia com muito mais força do que outras políticas públicas essenciais, como educação e saúde. Portanto, é urgente que o Estado modifique sua postura no que tange ao enfrentamento à violência, de maneira que esta seja feita preventivamente e não fomente o extermínio da juventude negra e periférica!



ANEXOS



Organizações da sociedade civil representadas na III Conferência Municipal de Juventude

APEC – Associação Pernambucana de Cegos

AMPAC

AMH2PE – Associação Metropolitana de Hip Hop em Pernambuco

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CAMPO DO VILA

ASSOSIAÇÃO DOS MORADORES DA RPA1

ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DOS CEGOS

ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DO HIP HOP

BRIGADA HIP HOP

CENTRO CULTURAL CASA COLETIVO DO AMARO BRANCO

CENTRO SABIÁ

CLUBE DE MÃES DO ALTO DO REFÚGIO

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

COMUNEP

CORES DO AMANHÃ

CRP/PE – Conselho Regional de Psicologia / Pernambuco

COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DE PERNAMBUCO

COLETIVO JOVEM DO MEIO AMBIENTE DE PERNAMBUCO

COMITÊ DE REDUÇÃO A MAIOR IDADE PENAL

DIACONIA

ESCOLA DE SKATE, ARTE E CIDADANIA DE PERNAMBUCO

ESCAPE

ESTP EVOLUTION

EQUIPE DE DANÇA BREAK DANCE FUCK THE CROWDS

FORÚM DA JUVENTUDE NEGRA PE

GAJOP

GFMA-UFPF

GRÊMIO IFPE

GRUPO CULTURAL MULHERES VILA ARRAES

GRUPO DE DANÇA SWINGART

INSTITUTO OLÉ

JPT- JUVENTUDE DO PT

JUVENTUDE EM REDE

JUVENTUDE SOCIALISTA BRASILEIRA

JUVENTUDE SOCIALISTA DO PDT

MIRIM BRASIL

MOVIMENTO TORTURA NUNCA MAIS

MOVIMENTO ZOADA

MULHERES EM ALERTA

MPTC

REJUPE – Rede de Adolescentes e Jovens pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo



SOUL DI RUA

STEP EVOLUTION CREW

UFPE

UEP CÂNDIDO PINTO

UJS

UMES

UNE

Órgãos governamentais (Executivo e Legislativo) representados na III Conferência Municipal de Juventude

GABINTE DE PROJETOS ESPECIAIS

GABINETE DA VEREADORA ISABELLA DE ROLDÃO

GLOS - GERÊNCIA DE LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA CRIANÇA E JUVENTUDE / ESTADO

SECRETARIA DA MULHER

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS

SECRETARIA DE ESPORTES

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

SECRETARIA DE JUVENTUDE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

SECRETARIA DE SANEAMENTO

SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE TURISMO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

USF SITIO DAS PALMEIRAS

ESCOLA ESTADUAL PROF. ALFREDO FREIRE

ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DE AREIAS /SJQP

ESCOLA PROFISSIONALIZANTE SÃO JOSÉ/SJQP

ESCOLA PROFISSIONALIZANTE ZULEIDE GOMES/SJQP

ESCOLA PROFISSIONALIZANTE BIDU KRAUSE

ESCOLA MUNICIPAL MARIA SAMPAIO

ESCOLA ESTADUAL SILVIO RABELO



1. Caderno de Propostas

Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Criar um portal que sirva de canal direito de diálogo entre a juventude e a gestão pública;
2	Garantir diálogo aberto e permanente entre a juventude e o governo;
3	Garantir a participação da juventude, em especial nas organizações já existentes nas comunidades;
4	Que a secretaria de juventude passe a interagir permanentemente com os segmentos existentes na região;
5	Ter um momento para que o poder público dê retorno às reivindicações. (Saber se foi executado, porque não foi executado e se existe um plano pra execução das reivindicações);
6	Consolidar o estatuto da juventude e considerar as dimensões de classe na construção da PPJ;
7	Realizar ações descentralizadas que considerem as necessidades específicas e potencialidades de cada região e bairro da cidade;
8	Incentivar a criação de espaços de referência para juventude na cidade, objetivando a inserção dos jovens desempregados no mercado de trabalho, a orientação dos recém-formados no ensino médio e reinserção dos jovens que cumprem medidas socioeducativas;
9	Criar e fortalecer os órgãos gestores da política pública de juventude, com o objetivo de ampliar as relações institucionais para a execução de políticas públicas de juventude (PPJs) em âmbito municipal e em articulação com o Estado e com o Governo Federal;
10	Capacitação dos líderes comunitários na perspectiva juvenil;
11	Reabertura do "centro social urbano" (antigo centro da juventude).



Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Instituir mecanismos de gestão compartilhada e ações de sensibilização na
1	manutenção de espaços públicos com participação da população jovem.
2	Criação do Ministério da Juventude para fomentar e desenvolver políticas
2	públicas para o seguimento.
	Garantir a construção e execução de um plano de ação relacionado à diversidade
3	e vida segura voltado para os interesses das juventudes, a partir de um
	diagnóstico participativo, buscando contemplar suas especificidades.
	Inserir a participação das juventudes no planejamento e execução de ações
4	intersetoriais voltadas para as questões referentes à diversidade e à vida segura
	dos(as) jovens, no âmbito das três esferas governamentais.
	A juventude deve ter sua cidadania e seus direitos à participação, à democracia e
5	à voz garantidos e respeitados, de forma a incentivar o protagonismo juvenil e a
3	gestão participativa para que a(o) jovem possa ocupar espaços consultivos e
	deliberativos.
	Promover, ampliar e garantir com ajuda de transporte e alimentação, o acesso da
	juventude aos espaços de controle social existentes, com a finalidade de
6	aprimorar sua prática de controle e fiscalização das políticas públicas de
	juventude, garantindo representação das suas entidades nos conselhos e nos
	espaços de monitoramento de recursos públicos do Município, Estado e União.
	Criar mecanismos de monitoramento, fiscalização e avaliação das obras, projetos
7	e programas de juventude executados pelas Prefeituras com participação dos
	jovens atendidos pelos mesmos.
	Estimular e fortalecer os espaços de juventude que já existem nas comunidades,
8	de modo a fomentar a participação política e social dos jovens, garantindo
	divulgação mais direta das políticas públicas de juventude.
9	Criar fóruns comunitários para debater os temas e as prioridades juvenis.
10	Criar, priorizar e potencializar os Centros de Juventude, objetivando o estímulo



	ao protagonismo juvenil e promovendo diversas atividades educativas, esportivas,
	de lazer, culturais e outras, atendendo as juventudes.
11	Criar e manter Centros de Referências da Juventude que proporcione e garanta a
	participação das(os) jovens.
	Criar e estruturar os Conselhos Municipais de Juventude com Câmaras Temáticas
12	e Ouvidoria Municipal, garantindo representação através de eleição direta
	(governo e sociedade civil), por região e segmentos.
13	Realizar seminários com gestores públicos, trimestralmente, sobre os temas e as
13	políticas públicas de juventude.
	Promover e garantir o financiamento para realização de pesquisa para o
	mapeamento dos diversos grupos juvenis e entidades que trabalham com jovens
14	no objetivo de formar uma Rede, formulando metodologias de participação mais
	atrativas à juventude, para isto conhecer e definir as melhores formas de estimular
	a participação social dos(as) jovens.
	Descentralizar a atuação dos órgãos governamentais relacionados à PPJ – Política
15	Pública de Juventude, garantindo representatividade por RPA – Região Político-
	administrativa.
16	Fortalecer o Conselho Municipal de Juventude com equipe profissional e sede
10	própria.
	Criar o Plano Municipal de Juventude, levando em consideração as resoluções da
17	II Conferência Municipal de Juventude, debatido em todas RPAs - Regiões
	Político-administrativas.
18	Consolidar a Secretaria de Juventude, como uma política de Estado com dotação
10	orçamentária e com gerências por RPA – Região Político-administrativa.
19	Incluir a nomenclatura "Jovem" na Lei Orgânica do município, no artigo que trata
17	da garantida dos direitos.
20	Fortalecer o Comitê Intersetorial de Juventude.
21	Criar o Fundo Municipal de Juventude atribuindo ao Conselho Municipal de
21	Políticas Públicas de Juventude o papel de fiscalizar a execução deste fundo.



Direito à Educação	
Ordem	Propostas Pré-conferência
1	Maior investimento na educação (material pedagógico, jogos e programação no contraturno escolar);
2	Construção de uma biblioteca na comunidade;
3	Campanha de juventude de ação de combate ao bulling nas escolas municipais e estaduais;
4	Melhor adequação do ambiente escolar e aproximação dos projetos escolares, bem como dos profissionais envolvidos na educação dos meios culturais, possibilitando a construção de uma base cultural para a sociedade como um todo;
5	Melhoria da qualidade do sistema de transporte dos alunos das escolas do município e devida adequação desses meios para jovens com necessidades especiais.

Direito à Educação	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Qualificar os professores para lidar com as especificidades das juventudes para que haja uma reformulação de ideias e valores por parte dos profissionais da educação para que se adequem melhor a realidade atual da juventude, resgatando e aumentando a relação entre professores e alunos para além da relação disciplinar, ampliando a relação humana no ambiente escolar.
2	Incentivar e consolidar o conselho escolar para a fiscalização de toda a comunidade, com o objetivo de acompanhar e construir o aprendizado dos educandos, a prática pedagógica da escola e a criação de uma ouvidoria voltada para a juventude para melhorar a atuação dos educadores e aprendizes nas escolas.



3	Aumentar o financiamento à educação para 10% do PIB com meta até 2012 e
	50% do fundo social do pré-sal para educação. Parte desses recursos deve ser
	destinada à criação e consolidação de políticas de assistência estudantil, visando
	possibilitar a permanência dos jovens na universidade e na escola.
4	Assegurar que os(as) filhos(as) de jovens estudantes tenham acesso à creche,
4	inclusive no horário noturno.
5	Garantir aos estudantes o passe livre integral e sem restrição.
6	Construção de bibliotecas públicas e comunitárias com estrutura moderna em
0	todos os bairros e regiões rurais.
	Qualificar e garantir o tripé da educação (ensino, pesquisa e extensão) em todas
7	as instituições do ensino superior e técnico e ampliar a quantidade de bolsas de
	iniciação cientifica, monitoria e extensão.
	Que os governos criem um programa especifico para os jovens de 15 a 29 anos,
8	(diferenciado do EJA – Educação de Jovens e Adultos) e que também contemple
	a juventude que se encontra no sistema carcerário e em cumprimento de medidas
	socioeducativas.
	Criar e reforçar mecanismos de fortalecimento de metodologia participativa no
9	ensino formal, que reconheça as diferenças juvenis e contribua para a realização
	de uma ampla reforma curricular educacional.
	Ampliar o número de creches nos bairros para possibilitar as mães, pais e
10	responsáveis jovens garantirem o direito de transitarem pela cidade em busca de
	educação, trabalho e lazer, melhorando sua qualidade de vida.
	Ampliar o número de creches nos bairros para possibilitar as mães, pais e
11	responsáveis jovens garantirem o direito de transitarem pela cidade em busca de
	educação, trabalho e lazer, melhorando sua qualidade de vida.
12	Garantir nas escolas das Redes Municipais a efetivação dos conselhos escolares, a
	partir de um novo modelo e metodologia político-pedagógica, como forma de
	estimular a participação dos jovens, bem como promover a integração
	comunidade e escola.



Direito à Diversidade e à Igualdade	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Realizar ações de combate à homofobia e ao preconceito cultural e de classe;
2	Estruturar política para os povos tradicionais existentes e de combate ao preconceito (mais de 800 comunidades tradicionais no Recife);
3	Promover equidade e inclusão aos jovens de terreiros;
4	Pautar a discussão de gênero e sexualidade no combate à violência contra jovens;
5	Incluir jovem com deficiência, compreendendo a diversidade dos jovens;
6	Adesão (Recife) ao Juventude Viva (Políticas para juventude negra).

Direito à Diversidade e à Igualdade	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Garantir acessibilidade da pessoa jovem com deficiência às atividades sociais,
1	culturais e esportivas.
2	Criar e garantir capacitação dos trabalhadores(as) culturais visando sua
	preparação para lidar com alunos(as) com deficiência.
	Avaliar, reformular e promover as estratégias/mecanismos de sensibilização a
	respeito da vida segura e diversidade (etnia/raça, sexo/gênero, cultura, origem
3	nacional, orientação sexual, idioma, religião, opiniões políticas, aptidões físicas,
	pessoas com deficiência, condições sociais ou econômicas) nos espaços de
	agregação da juventude.
4	Avaliar, reformular, promover e garantir a todos(as) profissionais envolvidos(as)
	com as juventudes formações acerca do respeito às diversidades e à promoção da
	vida segura.



Direito à Profissionalização, ao Trabalho à Renda	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Investir em qualificação profissional;
2	Investir na área de cursos profissionalizantes e estruturar os que já existem;
3	Maior acompanhamento para os jovens que participam do programa jovem aprendiz;
4	Estruturar uma política pública de valorização e acesso ao trabalho para a juventude travesti e transexual;
5	Investir em profissionalização dos jovens e pensar na propagação e divulgação dos cursos nas comunidades;
6	Criação e ampliação do ensino técnico profissionalizante (em parceria com iniciativa privada ou não) e fortalecimento do cumprimento da Lei da Aprendizagem, com acompanhamento sistemático de jovens aprendizes e estagiários em suas atividades nos postos de trabalho. Sobretudo, observar as especificidades do contexto local, a fim de facilitar a inserção do jovem no mercado de trabalho sem necessidade de experiência mínima de 6 meses.
7	Maior oportunidade de emprego formal e de cursos profissionalizantes aos jovens, com a implementação de políticas públicas de promoção da inclusão do jovem no mercado de trabalho, nos mesmos termos proporcionais da legislação que rege os portadores de necessidades especiais, garantindo seu desenvolvimento seguro e evitando que este fique à margem da sociedade;
8	Criação e ampliação de incentivos fiscais para as empresas que destinarem parte de suas vagas aos jovens aprendizes e jovens sem experiência profissional, possibilitando assim a contratação de uma maior parcela da juventude local. Além disso, fortalecimento de outros tipos de incentivos, tal como a criação de um selo de responsabilidade social.



Direito à Profissionalização, ao Trabalho à Renda	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Garantir a política de fiscalização, a partir do Ministério do Trabalho, fazendo valer as diretrizes da lei do estágio (LEI n° 11.788/2008).
2	Criar oportunidades de cursos técnicos para todos, garantindo o acesso ao emprego para os jovens sem experiência profissional.
3	Ampliar a divulgação das vagas de emprego e estágios nos meios de comunicação, incentivando o setor privado para contratação de jovens.
4	Investir na qualificação e valorização da mão de obra local, atendendo as demandas da sociedade e das empresas nas mais diversas funções e setores. Para isso, é importante criar e manter a articulação entre empresas, universidades e escolas, responsabilizando o poder público pela qualificação profissional dos moradores locais.
5	Garantir para o jovem que trabalha o direito ao tempo livre (dentro da carga horária de trabalho deste jovem), não permitindo que as empresas se apropriem desse tempo liberado.

Direito à Saúde



Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Realizar ações preventivas na área de saúde com linguagens mais próximas e de
1	temas mais próximos do jovem;
2	Construir unidades de saúde e academia da cidade nos terrenos disponíveis;
3	Garantir atenção integral à mulher no serviço de saúde;
4	Repensar o olhar para a juventude no serviço de educação e de saúde.
5	Estruturar uma política pública de valorização e acesso ao trabalho e saúde para a
	juventude travesti e transexual;
	Exploração dos meios de comunicação, principalmente as novas mídias sociais,
6	como instrumentos de formação do jovem no que diz respeito à prática sexual
	segura e saudável;
7	Criação, ampliação e divulgação de locais próprios para a distribuição de
	preservativos, pílulas e testes sorológicos do HIV e outros, de forma a garantir a
	discrição e a privacidade dos jovens.

Direito à Saúde	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde), como sistema acessível à juventude, e divulgá-lo junto ao público jovem, através de diversas mídias (com linguagem contextualizada), tendo como instrumento a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS.
2	Desenvolver ações intersetoriais de promoção da saúde para o público jovem, tanto nas unidades de saúde e nas escolas (fortalecimento do Programa Saúde na Escola), bem como nas comunidades e nos espaços de educação informal.
3	Ampliar o acesso e divulgação da testagem rápida para HIV/AIDS.
4	Ampliar, (re)qualificar, garantir e potencializar a atuação dos Consultórios de Rua e o atendimento dos CAPs - Centro de Atenção psicossocial e CAPs-AD-Centro de Atenção psicossocial – Álcool e outras Drogas, com vistas a



	possibilitar o melhor atendimento às especificidades das juventudes.
5	Capacitar os(as) profissionais das áreas da educação, saúde, assistência social, direitos humanos, comunicação, justiça e segurança nas questões voltadas às
	substâncias psicoativas, como também intensificar a fiscalização sobre a venda de drogas lícitas para menores de 18 anos.



Direito à Cultura	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Fomentar as políticas culturais para juventude entendendo o jovem não só como consumidor, mas como produtor de cultura;
2	Ofertar atividades culturais (violão, teatro), articulando as associações de bairro;
3	Incentivar os potenciais culturais das comunidades durante o ano todo;
4	Construção e manutenção de uma praça cultural, com palco para apresentações culturais, dando oportunidade para os artistas locais da comunidade;
5	Que a secretaria de cultura instale um centro cultural para juventude que tenha projetos de incentivo aos grupos de teatro, danças populares, e formação de projetos musicais como a orquestra jovem na comunidade e fortalecimento dos grupos culturais como maracatu, coco, capoeira e hip-hop;
6	Que a escola faça projetos de cultura pra trazer quem está fora da escola.
7	Curso de edição de vídeo e outras linguagens como grafite e desenho;
8	Criação e manutenção de fundos destinados ao fortalecimento das expressões culturais e ampliação do investimento em capital social que se destine a propagar de qualquer forma o acesso à cultura, sendo que, na gestão desses fundos, deve haver a participação do Conselho de Cultura e do Conselho de Juventude;
9	Criação de Leis de incentivo à cultura e editais simplificados direcionados ao público jovem, em especial no que toca à realização de primeiras obras, com o intuito de possibilitar a fundação, capacitação e manutenção de produções culturais de cunho educativo, artístico e recreativo.



Direito à Cultura	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Construir casas do Hip hop (break, grafiti, Mc, Dj) a cada 100 mil habitantes, garantindo as dimensões educativa, cultural, de lazer e formação profissional.
2	Criar Centros de Referência Cultural de Juventude, com o objetivo de fortalecer os grupos culturais organizados e sociedade civil como um todo. Estes centros deverão envolver trabalhos de formação em cultura, política, educação, geração de renda e cidadania.

Direito ao Desporto e ao Lazer	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Incentivar as atividades esportivas noturnas;
2	Manutenção e segurança dos espaços esportivos (campo de futebol Campo do Vila);
3	Construir quadras poliesportivas nos bairros da cidade;
4	Transformar a praça da Av. Agamenon Magalhães em quadra poliesportiva;
5	Revitalizar e garantir a manutenção dos equipamentos públicos de esporte, lazer e cultura, bem como das escolas públicas enquanto espaços de potencialidade da cultura, do esporte e dos encontros entre as juventudes;
6	Recuperação dos campos de futebol de várzea;
7	Apoio às atividades esportivas, incentivando os campeonatos e torneios nas modalidades de futebol de campo, beach soccer, voley etc.;



Ordem Propostas II Conferência Municipal de Juventude Construir equipamentos públicos culturais e de lazer priorizando as comun em situação de vulnerabilidade social. Garantir a participação da população jovem e de outros segment planejamento, construção e requalificação dos equipamentos públic exemplo das Academias da Cidade, Centros Sociais Urbanos, escolas, pra PAC, praças, Centros de Saúde, Centros de Juventude, conjuntos habitac etc.). Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e for uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experir gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo est lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo base o diálogo com a juventude quanto à identificação e preservação	Direito ao Desporto e ao Lazer	
m situação de vulnerabilidade social. Garantir a participação da população jovem e de outros segment planejamento, construção e requalificação dos equipamentos públic exemplo das Academias da Cidade, Centros Sociais Urbanos, escolas, pra PAC, praças, Centros de Saúde, Centros de Juventude, conjuntos habitac etc.). Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e for uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experin gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esplazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo		
em situação de vulnerabilidade social. Garantir a participação da população jovem e de outros segment planejamento, construção e requalificação dos equipamentos públic exemplo das Academias da Cidade, Centros Sociais Urbanos, escolas, pra PAC, praças, Centros de Saúde, Centros de Juventude, conjuntos habitac etc.). Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e fo uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experi gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo est lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	nidades	
planejamento, construção e requalificação dos equipamentos público exemplo das Academias da Cidade, Centros Sociais Urbanos, escolas, pra PAC, praças, Centros de Saúde, Centros de Juventude, conjuntos habitace etc.). Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e for uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experin gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo		
exemplo das Academias da Cidade, Centros Sociais Urbanos, escolas, pra PAC, praças, Centros de Saúde, Centros de Juventude, conjuntos habitac etc.). Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e fo uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experir gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	tos no	
PAC, praças, Centros de Saúde, Centros de Juventude, conjuntos habitac etc.). Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e fo uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experin gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo est lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	cos (a	
Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e for uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experir gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	aças do	
Garantir uma política pública nos territórios urbanos e rurais que crie e fo uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experii gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo est lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	ionais,	
uma programação permanente, diversificada e descentralizada nos equipar públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experir gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo		
públicos, garantindo a realização de eventos anuais das práticas juveni como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experir gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	rtaleça	
como capoeira, hip hop, skate, surf, entre outros), a exemplo do Espo Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experir gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	mentos	
Mangue em Recife. Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experii gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	is (tais	
Garantir aos jovens das comunidades a oportunidade de experir gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	orte do	
gratuitamente as diversas possibilidades de esporte e lazer, entendendo esporte e lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo		
lazer enquanto direito, através da ampliação da atuação dos círculos popula esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	mentar	
esporte e lazer na cidade, assim como o apoio aos demais projetos que trab com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	porte e	
com a mesma perspectiva. Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	ares de	
Criar espaços para que os grupos de experimentação em esporte, lazer e o possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	balhem	
possam potencializar suas técnicas, adquirindo também um conheci 5 teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo		
teórico nas suas áreas de atuação, visando a profissionalização e sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	cultura	
sustentabilidade desses grupos, garantindo e potencializando também os existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	imento	
existem. Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	auto-	
Construir, manter e requalificar espaços públicos de lazer e convívio como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo	que já	
como praças, quadras, campos, pistas de skate e BMX entre outros, tendo		
	social,	
hase a diálogo com a juventude quanto à identificação a preservação	como	
base o dialogo com a juventude quanto a identificação e preservação	desses	
espaços e das demandas específicas, garantindo o acesso da pessoa	a com	
deficiência e um percentual significativo de área verde.		



	Ampliar o programa da prefeitura "Círculos Populares de Esporte e Lazer",
7	garantindo-o para todo o Estado de Pernambuco, bem como implementar mais
	programas estaduais de atividades esportivas sistemáticas para juventude.

Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Oportunizar laboratórios de informáticas acessíveis para juventude;
2	Ter mais programas nas escolas de capacitação cultural e política para juventude (palestras sobre direitos humanos, sexualidade);

Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Promover e garantir mecanismos para a produção independente nas TVs, rádios, internet e cinema, tais como TV pública, rádios e produtoras de qualidade, além de recursos financeiros e humanos para o perfeito funcionamento desses mecanismos, independentemente dos projetos de incentivo à cultura já existentes.
2	Qualificar e ampliar a discussão nos espaços públicos, nos meios de comunicação, no poder público em torno da descriminalização da cannabis sativa (Maconha).
3	Potencializar, na perspectiva dos direitos humanos, as campanhas de sensibilização contra os diversos preconceitos e sobre os direitos humanos das juventudes.



Direito ao Território e à Mobilidade	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Incentivo fiscal e oferecimento de Linha de Crédito facilitada, com cotas, destinada aos jovens para aquisição da moradia própria;
2	Revitalização das praças e espaços de convivência;
3	Ampliar as ciclovias de forma a garantir o uso semanal para quem se desloca para o trabalho;
4	Desenvolvimento de sistemas intermodais, priorizando os meios de transporte sustentáveis, juntamente com políticas de conscientização de educação no trânsito.

Direito ao Território e à Mobilidade	
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude
1	Fortalecer o sentimento de pertencimento ao território e apropriação dos bens culturais.
2	Garantir transporte público, ilimitado, gratuito e de qualidade para juventude, assegurando o direito constitucional de ir e vir, no trabalho, na educação e no lazer.
3	Criação de um sistema cicloviário eficiente, que garanta o deslocamento e estacionamento (bicicletários) gratuito, adequado e seguro para os usuários de veículos não motorizados e incentivos (fiscais, financeiros, educacionais) para facilitar a aquisição destes veículos.
4	Integralizar e universalizar o sistema de transporte público, com atenção aos deslocamentos entre comunidades vizinhas.



Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente	
Ordem	Propostas Pré-conferências
1	Pensar em educação dos jovens através de palestras sobre o meio ambiente e nas práticas de lazer.

Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente		
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude	
1	Garantir a realização de coleta seletiva e implantação de centros de compostagem nos bairros, visando a preservação do meio ambiente e instituir como lei na política de saneamento.	



Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça		
Ordem	Propostas Pré-conferências	
1	Construir documento denunciando a abordagem truculenta da polícia de	
	Pernambuco à juventude negra e periférica;	
2	Solicitar explicações ao 13º batalhão sobre a abordagem policial aos jovens;	
3	Capacitar melhor a polícia para abordagem com a juventude;	
4	Realizar formação com a polícia sobre a forma de tratar a juventude.	
5	Aumentar a segurança no entorno das universidades;	
6	Que a política sobre drogas vise, de fato, à vida do jovem;	
7	Definir posicionamento contra qualquer aumento da pena e da redução da	
	maioridade penal;	
8	Elaboração de políticas e ações que visem o atendimento diferenciado aos jovens	
	privados de liberdade, tratando suas necessidades específicas.	

Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça		
Ordem	Propostas II Conferência Municipal de Juventude	
1	Priorizar ações de prevenção e enfrentamento à violência, em especial as baseadas em atitudes discriminatórias, a exemplo de violência contra a mulher, negros(as) e homoafetivo, construindo mecanismos e espaços para o desenvolvimento de uma cultura de paz.	
2	Capacitar os(as) agentes de segurança para a abordagem e diálogo com as juventudes, efetivando o respeito às diversidades (etnia/raça, sexo/gênero,	



	cultura, origem nacional, orientação sexual, idioma, religião, opiniões políticas,
	aptidões físicas, pessoas com deficiência, condições sociais ou econômicas) e
	aos(às) usuários(as) de substâncias psicoativas, como também garantir a atuação
	das corregedorias.
	Monitorar e avaliar as medidas socioeducativas aplicadas aos(às) jovens,
3	buscando ampliar as experiências exitosas e promover a implantação de novas
	ações.

 $Informações: \underline{cmppj.recife@recife.gov.pe.br}\ e\ 3355-2556$

